

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Fabício Vassalli Zanelli**

**AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES: UM  
ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA PURIS DE  
ARAPONGA - MG.**

Viçosa  
Junho de 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES: UM  
ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA PURIS DE  
ARAPONGA - MG.**

Monografia apresentada ao Curso de  
Geografia da Universidade Federal de  
Viçosa como pré-requisito para obtenção  
do título de bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Klemens Augustin  
Laschefski

Acadêmico: Fabrício Vassalli Zanelli

Viçosa,  
Junho de 2009

## DEDICATÓRIA

*Aos que duvidam do fim,  
aos que acreditam na reinvenção.  
Aos pensadores da geografia,  
Àqueles que não são.  
à “Minas”, Aos amigos distantes,  
eis meu cérebro, eis meu coração.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecido a muitas pessoas: iniciando pelos grandes amigos da Geografia 2003, turma diversa, que me amadureceu muito. Dessa sala, uns tem lugar especial no peito e continuarão na memória por muito tempo, até que o reencontro nos presenteie. Minha irmã Sandrelena, pelas prosas, pela cumplicidade, pela beleza e pelas cores. Pelos amigos de boteco e de prosas transformadoras, que me influenciaram tanto: Favela, Rafilds, Dudu, Heitor, Jaime, Mateuzim. Marcinho, Alair. Pelos aprendizados imensos no CAGEO tecendo manhãs e consciência crítica: Clarinha, Alex, Cabeça, Alê, Carulina, Guto. Pela desconstrução passada no EIV; pelos amigos feitos, pelas trocas de conhecimentos, pela família que ganhei. Depois veio a reconstrução, na Coordenação do EIV e no Programa Teia: organizações, objetivos, planejamentos, tensões, calmarias...

Aos amigos de Ubá, pois mudamos juntos em lugares diferentes, mas os encontros só reforçavam as amizades; Gabriel, Jubs, Philippe. Ao Tom, irmão que ganhei da vida, parceiro de música, de sonhos, de visões de mundo. Ao Léo, professor de Geografia do segundo grau, amigo forte, passeios geográficos, grande influência !

Aos amigos da repúblicas, pelos ensinamentos para a vida. Especialmente ao povo do Lambari, moradores e agregados! Ao Miller Sol, outro irmão ganhado em Viçosa, parceiro da viola, das músicas e das idéias boas! Às meninas da Girasol por terem me acolhido durante vários fins de semana, pela alegria, pelos rock's.

Aos amigos feitos no Teatro, aos dois irmãos do peito que fiz: Kamil e Mariazinha, família boa de risadas históricas, reuniões e criatividades! Aos parceiros de sons, luais, fogueiras e ao Kreba Tuprete, sempre com o som libidinoso-*groove*!!!

Aos agricultores, os verdadeiros transformadores da história pesquisada, dispostos a sonhar sonhos impossíveis. À todos os que construíram e continuam a construir a história da EFA Puris, minha admiração e respeito. Aos amigos que lá trabalham e carregam esse sonho com fé. Aos pais que ganhamos em 2008, Amélia e Cosme, que nos hospedaram por longos e barulhentos doze meses.

Aos professores da Geografia, muitos deles foram exemplos a se espelhar, de sabedoria e engajamento: Cláudio, Léo, Isabel, Eduardo, ao professor Klemens pelo apoio fundamental e pela qualidade de sua orientação.

À Juliana, morena linda que me fez terminar esse trabalho, me ouviu, aconselhou, e certamente co-orientou. Somos um!

À família em Ubá, minha âncora, onde me escorava nos problemas, de onde saí, onde me fiz e refiz, carinho e bom humor! Em especial ao Tio Wiliam, sábio poeta e pensador, que vê as coisas pelo lado fácil, de um pensar lento-gradual e inútil! Meus irmãos de sangue: Bruno e Tatiana, sabedoria e paixão pela vida!

Por fim, Mãe e Pai, pela formação, pelo amor, pelo cuidado, pela vida oferecida.

Gracias!

## ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

FIGURA 1 - Localização Espacial de Araçonga- MG.....	p. 38
TABELA 1- Principais Produtos Agrícolas, Araçonga- MG.....	p. 39
TABELA 2 - Estabelecimentos Rurais em Araçonga - MG .....	p. 50
TABELA 3 - Propriedades Conquistadas em Araçonga -MG .....	p. 51
GRÁFICO 1 - Setores da Economia e PIB, em Araçonga, Minas Gerais e Brasil.....	p. 39
GRÁFICO 2 - Estabelecimentos de Ensino em Araçonga, Minas Gerais e Brasil.....	p. 54

## RESUMO

Assim como no restante das regiões brasileiras, a Zona da Mata mineira passou por um processo de expansão constante do modo de produção industrial no campo. Esse processo, aliado à própria formação da região, baseada na concentração de terras e exploração do trabalho, se refletiu sobre os pequenos grupos de agricultores, cerceando-os progressivamente de reproduzir-se socialmente em seus territórios.

A cidade de Araponga, situada na região em questão, passou a ter regiões subjugadas à mesma racionalidade, territórios onde o poder - exercido material e simbolicamente - se exerce cotidianamente, reproduzindo com a concentração de terras, as desigualdades sociais, a exploração do homem, e a degradação do ambiente físico.

Mas como no espaço há um conjunto de atores, de diferentes intenções, caminhos alternativos foram criados, e muitos grupos sociais se colocaram em resistência aos processos hegemônicos. Assim aconteceu em Araponga, na Zona da Mata mineira, onde agricultores familiares organizados construíram ao longo de trinta anos caminhos interessantes, unidos pelas práticas de agricultura ecológica deram origem a uma série de organizações sociais no município.

Encontraram uma forma de acesso à terra, e a partir daí muitos agricultores se libertaram da exploração de seu trabalho e puderam gerir livremente suas vidas. Após anos de caminhadas, de erros, de desapontamentos com parcerias feitas, inauguram em 2008 uma Escola Família Agrícola, buscando um ensino contextualizado com a realidade rural e regional. Alteram-se as relações de poder e o sentimento de identidade territorial ganha campo para reprodução. No enfrentamento ao território do agronegócio, esses agricultores portadores de herança indígena produzem um processo geográfico interessante: a construção de territorialidades.

## ABSTRACT

As in other Brazilian regions, the Zona da Mata from Minas Gerais passed through a process of expansion of the industrial mode of production in the field. This process, combined with the very formation of the region, based on the concentration of land and exploitation of labor, as reflected on the small groups of farmers, surrounded them progressively to reproduce itself socially in their territories.

The city of Araponga, localized in the region in question, was subjected to the same rationale, areas where the power - exercised material and symbolic - is exercised daily, generating with the concentration of land, social inequality, exploitation of man and degradation of the physical environmental.

But as the space is a set of actors, different intentions, alternative paths were created, and many social groups arose in resistance to hegemonic processes. So happened in Araponga, Zona da Mata in Minas Gerais, where farmers organized built, over thirty years interesting ways, united by the practices of agroecology led to a number of social organizations in the city.

Founded a form of access to land, and from there many farmers were freed from the exploitation of their work and could manage their lives freely. After years of walking, of errors, with disappointments of partnerships made, inaugurated in 2008 a Family Farm School, seeking a teaching context with rural and regional reality.

Alter the relationship of power and a sense of local identity field to earn playing. In facing the territory of agribusiness, the heritages of indigenous farmers carry in a geographic interesting process: the construction of territoriality.

## **SIGLAS UTILIZADAS:**

AEFA – Associação Escola Família Agrícola

AFA - Associação dos Agricultores Familiares de Araponga

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG – Organização Não-Governamental

PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	02
2. TERRITÓRIO E RURALIDADE.....	20
O conceito de Território na Geografia.....	20
Do território à Territorialidade.....	27
Territorialidades no espaço ruralidade.....	
3. AGROECOLOGIA: CONCEITOS E PROPOSIÇÕES.....	30
4. O CAMPESINATO BRASILEIRO.....	08
4.1)Histórico da Formação do Campesinato no Brasil.....	08
4.2)Transformações no Campo Brasileiro.....	14
4.3)Agricultura Familiar e Campesinato: Dilemas em Torno dos Conceitos.....	16
4.4) Campesinato e Desenvllvimento Territorial.....	27
5. A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA EM ARAPONGA.....	30
5.1)Características Gerais e Formação Sócio Espacial do Município .....	36
5.2)Organizações Sociais: Raízes e Parcerias .....	41
5.3)EFA PURIS : A Territorialidade da Agroecologia pela via da Educação.....	50
6.DIUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
7.CONCLUSÃO.....	5
8. REFERÊNCIAS BILBIOGRÁFICAS.....	58
9. ANEXOS.....	61

*“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte, que seja trabalhado pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”.*(SANTOS, Milton. 1997. P. 41).

## **I - INTRODUÇÃO**

Ao longo da evolução da humanidade, terra e liberdade sempre foram desejos tolhidos aos homens explorados. Obviamente, ambos são fortes instrumentos de dominação, e por isso se perpetuam até hoje como desejo de mudança por uns e instrumento de manutenção de poder por outros.

A história de transformação e apropriação do território brasileiro foi construída inegavelmente pela concentração de terras, riqueza e poder. Dos latifúndios concedidos pelo governo para as capitânicas hereditárias aos amplos processos de grilagem de terras no século XX a situação se agravou; de escravos a arrendatários ou meeiros os camponeses se viram obrigados a construir seus territórios na adversidade. As guerras e rebeliões constantemente destruídas e dizimadas impuseram ao camponês, mediante uso da força, a lógica da subalternidade.

A partir de meados do século XX no Brasil, essa situação deu um pequeno passo rumo à transformação. As Ligas Camponesas são conhecidas na história brasileira como primeiro movimento organizado em busca de Reforma Agrária, buscando terra e liberdade. Seguindo-se as ligas, outros movimentos e organizações de trabalhadores foram criados na busca de criar estratégias para enfrentar a desigualdade presente no campo brasileiro.

Neste contexto nascem os Sindicatos, Associações, Cooperativas, Movimentos Sociais, e outros grupos, muitos deles contando com apoio de setores minoritários da Igreja.

Esse contexto ocorreu também na Zona da Mata mineira, onde terra e liberdade eram e continuam sendo um problema. Mas a articulação entre os grupos de alguma forma resiste, assim como a busca por alternativas. No município de Araponga, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, esse contexto de resistência se desenvolve há alguns anos; e a organização dos trabalhadores rurais vem construindo outros cenários em oposição aos processos hegemônicos no campo brasileiro.

Esse trabalho busca trazer reflexões sobre o espaço rural da região, tentando evidenciar processos sociais que vivenciei com alguma proximidade através das práticas que construí ao longo de minha graduação na Universidade Federal de Viçosa, situada também na Zona da Mata de Minas Gerais. Portanto, busco criar aqui uma reflexão

acerca das formas de resistência que observei sendo pensadas e praticadas nesse território.

Esse esforço cumpre uma outra função, que é a de criar uma maneira de intensificar a aproximação entre o sujeito que pesquisa e demais sujeitos sociais. Ou seja, eu, enquanto geógrafo, no meu entendimento de que foi somente no contato e no aprendizado com as diferentes realidades vivenciadas que cheguei a um produto final da conclusão de minha graduação, não posso omitir esses caminhos:

Na Universidade, vivenciei e fui alertado sobre uma forma de construção do saber que parece já estar concretizada como uma herança de um positivismo que se fez hegemônico, de estabelecer o conhecimento acadêmico como o detentor dos conhecimentos acerca da realidade.

Ao passo que essas leituras foram sendo realizadas, entendi a necessidade de construir uma prática que seguisse essa perspectiva de resgate dos saberes populares para a construção de novas realidades locais, novamente a geografia me pôs o pé no chão e trouxe a contribuição de pensar minhas ações até onde daria conta de cumpri-las. Assim, a categoria de território ganhou relevância.

O Programa Teia de extensão universitária da UFV procura articular vários projetos de extensão para propiciar uma intervenção articulada e diversificada nas comunidades. São projetos que trabalham sob a perspectiva de uma extensão emancipadora, em contraponto à extensão assistencialista, tão comumente praticada pelo país. Participar das experiências do Programa foi fundamental para que despertasse o interesse em trabalhar o presente tema.

Em Outubro de 2007, o Programa Teia e a ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) realizaram na UFV um Seminário com as diversas organizações sociais da Zona da Mata. Nesse seminário, as organizações expuseram quais eram as principais atividades que ameaçavam a agricultura familiar/camponesa e agroecológica em sua região; diversas atividades foram apontadas como ameaças: mineração de bauxita, monocultura de eucalipto, construção de barragens, monocultura de braqueáreas, monoculturas de café, gado.

O cenário da Zona da Mata não foi nada agradável, se mostrou preocupante para o campesinato da região. Num contexto de intensificação da exploração dos recursos naturais, e da expropriação do camponês de seu território.

Todavia, o seminário não se propunha apenas a compreender as ameaças na Zona da Mata, mas também de buscar as possibilidades ou as alternativas a serem

construídas. Juntamente com a necessidade uma maior articulação entre os movimentos da região, várias questões aparecem, como o fortalecimento e a expansão da agroecologia, da educação do campo através das Escolas Famílias Agrícolas, o fortalecimento da economia popular solidária, entre outras.

Agroecologia praticada já em muitos locais da região torna-se uma poderosa alternativa para os movimentos organizados, pois ao mesmo tempo em que propõe uma nova relação entre os agricultores e seu espaço, dinamizando e diversificando a produção; a agroecologia traz também a dimensão cultural, do resgate do saber tradicional, do conhecimento construído pelos povos e transmitido ao longo das gerações.

Apesar de não ter sido elaborado na academia, o conhecimento que o agricultor adquiriu historicamente naquele espaço é de grande valor, e a agroecologia utiliza esses conhecimentos populares tradicionais, aliando-o a um conhecimento acadêmico, não verticalizando as relações, mas buscando construir um saber novo, produto da interface entre esses conhecimentos.

Percebi então, na agroecologia, uma conexão entre o que dizia sobre a cultura popular, a educação como prática a serviço do povo e a necessidade de transformação da realidade que vivenciei na Zona da Mata. Extrapolando isso, percebi a necessidade de significá-la justamente como ‘possibilidade’ para o campesinato, não somente pra fortalecer sua resistência, mas para vislumbrar a (re)existência; que é ao mesmo tempo harmoniosa com seu ambiente físico e cultural, e que intensifica o sentimento de pertencimento ao seu território.

Concomitante a todos esses processos de ação-reflexão, que foram lentos e graduais, estava minha preocupação epistemológica com a geografia. A preocupação de “o que há de geográfico no que estou fazendo?” esteve sempre presente, e também tem a ver com a minha formação.

Durante muito tempo fiquei tentando compreender o que havia de geográfico nesses trabalhos de extensão. Foi somente quando compreendi mais profundamente a dimensão do território e o conceito de territorialidade que me encontrei no meio de tantas confusões. Pois foi possível captar a quebra dos ranços de poder existentes no Brasil desde as capitânias; ranços que num contexto geral permanecem, mas agora são obrigados a conviver com a falta de controle sobre determinado território ou grupo de pessoas. Estas, livres para produzir o que desejam, como desejam, em processo de se tornarem livres da subalternidade, da medievalidade da produção “à meia”.

Minha afinidade com a geografia agrária, construída na perspectiva de uma negação aos processos político-econômicos e territoriais globais tão tendentes a dizimação das populações tradicionais, me despertou para a necessidade de proposição de um novo ideário de desenvolvimento para o campesinato. Um desenvolvimento que re-significasse o campesinato, que lhe desse condições de sobreviver com soberania e autonomia, para isso estava claro em minha cabeça a necessidade de uma Reforma Agrária em nosso país. Mas sentia que faltava algo que explicitasse porque ter como base o campesinato, e o quê vislumbrar após a conquista da terra.

Foi quando conheci a agroecologia praticada pelos agricultores organizados na Zona da Mata é que incorporei essa dimensão como indispensável para um novo viés do desenvolvimento, que se realize em uma base material e simbólica, o território.

Afinal, a agroecologia se mostra uma ferramenta interessante nesse sentido; por prover a diversificação da produção, a utilização racional e menos degradante possível do agroecossistema, por pensar no sustento da família (lógica local), mas não se restringir a ela.

Além disso, por prescindir da organização e da articulação dos camponeses, em esfera municipal, regional, estadual, nacional e inclusive internacional; aí vamos desde os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (municipais) até à Via Campesina, que congrega diversos movimentos sociais da América Latina.

Aparece então uma possibilidade de vislumbrar o futuro a partir da compreensão do presente. Pois se condenamos as ofensivas ao campesinato e a concentração de terras no país, devemos ter algo a propor. E a agroecologia teve seu significado ampliado na medida em que, sob a ótica de geógrafo, procuro compreender as relações que a sociedade estabelece com seu espaço.

Isso porque as relações que as pessoas estabelecem com seu ambiente físico se mostram mais vindouras, preservando e recuperando o solo, as nascentes, e a diversidade de fauna e flora. Ao ressaltar essa relação, não trato de uma condição 'separatista' de isolar as necessidades humanas e respeitar a natureza; mas de construir uma interação, onde as mulheres e os homens (re)existem nesse espaço, pois (re)produzem suas condições materiais e simbólicas de existência.

Condições que vão desde proverem seu sustento, a negociarem seus excedentes, ao sentimento de pertença comunitário, às festividades e às identidades. Por sua vez, essas condições revelam não apenas uma relação mais profunda dos homens com seu ambiente físico, mas também entre os homens, dando novo significado à sua existência

em sociedade. Fato que se comprova em Araponga diante da criação de uma escola comunitária gerida por uma Associação de Agricultores, objetivando uma educação do campo, condizente com a realidade dos jovens rurais e que promova a agroecologia.

Diante das reflexões feitas até aqui é que pretendo realizar esse trabalho, sob um entendimento que parte da geografia; ao olhar para todos esses processos trazemos a hipótese de que a agroecologia fomenta as territorialidades, que ao longo dos anos se manifestam de diferentes formas. A escola criada pelos agricultores é representativa do fato em questão, buscaremos assim discutir a partir de sua criação quais os significados para os envolvidos, e como ela pode se tornar um instrumento que permita a reprodução social desses agricultores.

O conceito de territorialidade estudado através da trajetória de Araponga trás a reflexão de como os agricultores vêm criando espaços materiais e imateriais, e contribui assim para as discussões geográficas, que ora captam apenas a dimensão quantitativa do acesso a terra, ora captam apenas as relações simbólicas entre os grupos.

Alguns traços dos fatos que buscamos compreender já foram observados sob outros prismas através de diversos estudos que foram realizados em Araponga; porém o desenrolar das trajetórias culminando na criação da escola numa área de assentamento (ou de Conquista de Terras, como é chamado por eles) é elemento que trás a tona a criação de uma territorialidade, de pertença a determinado espaço e da busca da (re)criação da identidade territorial, relação que ainda não foi destacada no município.

Futuramente, o presente trabalho talvez possa ter utilidade para esses grupos, em suas reivindicações por políticas públicas, financiamentos, apoios de órgãos governamentais, etc. Não é objetivo do trabalho, mas apenas uma preocupação pois muitos estudos captam os processos, analisam e posteriormente os deixam perdidos nas bibliotecas. Acredito que este possa tomar um caminho diferente.

Para a realização deste trabalho, após levantamento bibliográfico sobre três conceitos principais que envolvem a discussão (Campesinato, Território e Agroecologia), focalizamos nosso entendimento no caso de Araponga.

Para dar consistência a pesquisa, foram realizadas nove entrevistas com pessoas que estiveram à frente do processo, com os que participaram desde o princípio, da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); e com aqueles que se envolveram mais recentemente. Como as relações entre as organizações sociais e os órgãos públicos estão em constante tensão, optamos por captar o aspecto daqueles que estão mais à margem, e quase nunca são ouvidos.

As pessoas entrevistadas são lideranças, ex-presidentes de STR, presidente da associação da escola, e outros membros ativos das demais organizações do município e região.

Optamos por não realizar entrevistas quantitativas pois o trabalho consistia em trazer à tona os objetivos da criação da escola, as dificuldades e as percepções quanto ao processo como um todo. Logo, a necessidade foi de construir roteiros semi-estruturados de pesquisas qualitativas, que cumpriram de forma mais apropriada nosso objetivo.

Assim, o texto a seguir se articulará da seguinte forma: No segundo capítulo faremos uma discussão sobre o campesinato brasileiro, na tentativa de resgatar sua formação miscigenada entre as tradições indígenas, africanas, européias. Ainda nesse tema buscaremos dois pontos de aprofundamento, as transformações principais pelas quais o campesinato passou na evolução do capitalismo no campo brasileiro e a discussão decorrente desse processo; se o camponês ainda existe ou se transformou em agricultor familiar integrado ao capitalismo.

No capítulo seguinte a discussão terá como foco o conceito geográfico de território, onde a evolução do conceito e as divergências em torno dele serão tratadas. Posteriormente buscaremos a ligação entre o conceito de território e o de territorialidade, significando esse último para nossa pesquisa, tratando assim das diferentes territorialidades presentes no meio rural.

Por último, enfocaremos a agroecologia, seus conceitos teóricos, suas proposições, a partir daí buscaremos entender de que maneira a agroecologia pode contribuir para o desenvolvimento territorial do campesinato. Diante disso restará saber se a agroecologia de fato fomenta as territorialidades no espaço rural. Nesse ponto entra o desafio de contrastar as teorias com as entrevistas realizadas entre o fim de 2008 e início de 2009, em Araponga-MG.

Nesse município as experiências agroecológicas deram sustento a uma série de organizações populares da agricultura familiar, processos sociais interessantes aconteceram ali e já produziram bons estudos. Nossas entrevistas ali foram com intuito de trazer à tona as origens desses processos, e também as conseqüências deles, fato que se verifica numa escola comunitária gerida pelos agricultores familiares. Tal fato tem grande relevância, pois somente grupos livres e que conquistam certa harmonia comunitária ousam sonhar e tornar seus sonhos reais. Realidades que ousam alterar as relações de dominação, onde a educação (e principalmente a falta dela) é fundamental para a manutenção do poder.



## **2. SOBRE O TERRITÓRIO, RURALIDADE E TERRITORIALIDADE.**

### **2.1) O Conceito de Território na Geografia**

Com esse capítulo, aprofundaremos a discussão sobre o território, visto que é ele quem confere ao presente estudo um viés geográfico, e é a partir de seu entendimento que podemos nos debruçar sobre a compreensão da territorialidade; um conceito ainda não muito aprofundado, que aparece superficialmente em alguns estudos.

O conceito de território foi construído por perspectivas bastante distintas ao longo da história da geografia; sendo assim, não podemos escapar à problematização da “evolução” do conceito, pois ela é de fundamental importância não apenas para a compreensão da perspectiva com a qual trabalhamos, mas principalmente para não incorrerem em interpretações equivocadas.

Vem da geografia política de Friederich Ratzel, e posteriormente de Claude Raffestin, as bases de pensamento que construíram a concepção de território com as quais trabalhamos atualmente. Esse conceito se tornou caro à geografia política por uma série de motivos, e o mais valioso deles enquanto interpretação geográfica talvez seja sua vinculação com o poder.

Ratzel ressaltava essa concepção de território, calcada numa natureza política vinculada às fronteiras e aos Estados. Vivendo no contexto de unificação tardia da Alemanha, e de certa forma justificando o Estado absolutista, Ratzel propõe a idéia de “espaço vital”; que consistia numa visão naturalizada de território que ainda hoje está presente nas teses racistas que defendem uma ligação estrita entre espaço e grupo étnico-social (Haesbaert, 1997).

Partindo de uma concepção naturalista, derivada da idéia de habitat utilizada pela biologia para delimitação de áreas de domínio de determinada espécie ou grupo de animais, ele constrói sua concepção de território. A partir dessa proposição jurídico-política de que sem o território não se pode compreender a solidez de um Estado, Ratzel assenta seu conceito em três bases: a de *dominação*, através do poder do Estado; a de *um controle territorial* assumido por esse Estado; e a de *limites e fronteiras*.

Claude Raffestin trouxe contribuições também importantíssimas ao conceito de território; partindo de uma confrontação entre os conceitos de espaço (como a realidade material preexistente) e território (produto de ação da sociedade). De acordo com o autor: “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela

representação), o ator “territorializa” o espaço. (...) O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993. p 143-144)

A contribuição de Raffestin é a compreensão de uma categoria essencial para o entendimento do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos, sem os quais não se define esse território (SPOSITO, 2004). O processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) proposto por Raffestin não se restringe apenas à apropriação física, material, mas também imaterial ou simbólica, dessa maneira: “a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade [no caso a representação sobre o território] é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem” (RAFFESTIN, 1993. p. 145).

Historicamente e no embate o conceito de território foi se construindo na Geografia. Adoto aqui a conceituação de Haesbaert (1997) sobre o território, uma concepção que traz consigo a dialética da produção do conceito e que incorpora três vertentes fundamentais:

\* Jurídico-política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, e sobre ele é exercido um poder, especialmente o de caráter estatal.

\* Cultural (ista): o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço.

\* Econômica (muitas vezes economicista): que destaca a desterritorialização como produto espacial do embate entre as classes e da relação capital-trabalho.

De forma geral, o que se verifica são proposições múltiplas, que intercalam vertentes. A pretensão deste trabalho é compreender com maior destaque a dimensão cultural do território, abarcando a identidade territorial produzida pelas organizações sociais em Araponga através dos anos de enfrentamento às forças hegemônicas. Todavia evitando tratar essa dimensão de forma isolada, entendendo que a construção do imaginário e identidade sobre o espaço não estão alheias às dimensões econômicas e jurídico-políticas. Afinal, como define Haesbaert:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” do espaço em que vivem (...), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

Talvez tenha aqui uma tarefa um pouco mais complicada: situar essa discussão do território de maneira que ela ganhe significado para a discussão do espaço rural, contribuindo assim para a superação da situação adversa ao campesinato que apresentamos anteriormente; e ao mesmo tempo dotando-a de significados para o desenvolvimento territorial rural, assim como para a agroecologia.

Para isso, talvez caiba ainda uma consideração importante acerca do território e do espaço rural, em que aquele é encarado como “produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2002. p. 74).

Esse entendimento é fundamental para entendermos o papel periférico que vem sendo dado aos territórios do campesinato (conforme exemplificamos pelos recursos destinados aos proprietários por grupos de áreas). As articulações recentes entre burguesia e proprietários de terras têm defendido com veemência a manutenção desse quadro díspare; elucidando mais claramente as vertentes econômica e jurídica desses territórios.

Por isso se faz necessário a defesa dos territórios camponeses, trazendo a tona um viés de território e de desenvolvimento (SOUZA, 1995) que não reforce as contradições de classe, e ainda que incorpore a vertente cultural do território, permitindo aos camponeses construir sua re-existência agora sob um patamar de autonomia.

No que se refere ao desenvolvimento, é preciso construir algumas ressalvas. Primeiro é preciso reconhecer que o termo adquiriu uma conotação quase sinônima à de “crescimento econômico”, fato que causou dois problemas sérios:

a) outras perspectivas de desenvolvimento foram esquecidas ou periféricas - o desenvolvimento territorial é uma delas.

b) Uma recusa de muitos estudiosos em utilizarem o termo e tratarem da questão, ainda que sob outra perspectiva.

O viés econômico de desenvolvimento no campo é manifestado pelas justificativas de industrialização do campo, produção para exportação, latifúndio, etc. Todavia, constrói ao mesmo tempo uma série de malefícios à sociedade e ao ambiente. Sabe-se hoje que a agricultura convencional é atividade altamente degradante ao ambiente físico, pois contamina cursos d'água e seres humanos, acentua a lixiviação dos solos, reduz a biodiversidade. Junto com isso, demanda cada vez menos mão-de-obra.

Procuramos trazer aqui dois autores de grande importância para a compreensão de outros vieses de desenvolvimento. Boaventura de Souza Santos (2002) nos traz uma distinção interessante entre *desenvolvimento alternativo* e *alternativas ao desenvolvimento*. De acordo com Santos (2002) é preciso nos policiarmos nas práticas que consideramos alternativas; pois elas no fundo podem estar reforçando situações ainda adversas aos grupos minoritários ou periferizados.

Quando defende alternativas ao desenvolvimento, Santos propõe que entendamos outras dimensões do desenvolvimento; que o viés economicista seja posto de lado; e que se conjuguem outros vieses, sem abandonar o viés econômico, apenas entendendo-o como mais um.

Marcelo L. de Souza (1995) traz a contribuição de se pensar o desenvolvimento a partir da perspectiva geográfica. Afirma que no Brasil, as idéias de território e desenvolvimento tem andado muito próximas a matriz de valores conservadores, e exemplifica com o Regime Militar brasileiro do pós-1964, que trazia uma relação forte entre uma concepção tecnocrática de desenvolvimento e uma visão geopolítico-militar do desenvolvimento econômico.

Ao mesmo tempo, o autor afirma que o território não é apenas uma variável estratégica em sentido político-militar; mas seu uso e controle devem ganhar relevância para a formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial, que contribuam para uma maior justiça social, não se limitando a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 1995).

Assim, expandir conceitualmente a idéia de território e libertá-la de seu ranço ideológico e conservador é uma tarefa que incorre em esboçar uma concepção alternativa de desenvolvimento; que transcende e critica o economicismo, onde “a questão de uma *territorialidade autônoma* assume importância capital. Com isso estar-se-á (...) de modo pertinente realçando as dimensões política e espacial do projeto/processo de desenvolvimento” (SOUZA, 1995. p.101).

O autor ainda problematiza uma questão de extrema importância para os que clamam por participação e liberdade no contexto do modelo civilizatório capitalista. A questão é essencialmente política, e não se trata apenas de substituir a primazia da Economia pela da Ciência Política, mas é preciso compreender que caso não se aborde preliminarmente a questão “do exercício do poder de decidir em uma sociedade (e não apenas no âmbito amesquinçado de um “projeto de desenvolvimento”)), o discurso de

emancipação cultural, da tecnologia adaptada, etc. cairá no vazio” (SOUZA, 1995. P. 103).

Feitas ressalvas acerca do termo *desenvolvimento*, faz-se necessário retornar à vinculação entre território, desenvolvimento e ruralidade. No Brasil, é possível destacar a criação em 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Um fato importante, por significar a incorporação do território nas perspectivas de desenvolvimento do país. Alguns autores vêm refletindo sobre a ação em territórios rurais com vistas a uma nova possibilidade de representação espacial do campesinato brasileiro.

O setor rural é encarado potencialmente, como território enquanto estratégico no desenvolvimento integral e harmônico de uma região. Uma das contribuições mais significativas do território é a de poder estabelecer políticas públicas em torno das dinâmicas e instituições que se estabelecem no local. É importante compreender a dimensão do local, mas o entendimento das ações no território não se restringe a ela, podendo ir desde o município, a comarca, bacia ou vila até a dimensão do território global (ECHEVERRI, 2005).

A dimensão do local, seja comunitária ou municipal assume importância fundamental visto que nessa instância localizam-se as responsabilidades básicas para o desenvolvimento rural sustentável, e “a realização concreta das ações de desenvolvimento materializam-se nesse nível, por isso convertem-se no setor básico que possibilita a coordenação de políticas e ações setoriais – políticas, sociais, econômicas e ambientais – no território” (ECHEVERRI, 2005. p.144).

A ação sobre esses territórios se justifica em grande maneira pelo fato de que o território é uma construção social e cultural, “o que lhe confere um tecido social particular dotado de uma determinada base de recursos naturais, certas formas de produção, consumo e troca, e de redes de instituição e formas de organização social que lhe dão coesão” (MIRANDA, 2005. p. 45).

Ainda, segundo os autores, no território é que as populações e as comunidades expressam sua materialidade e seu simbolismo, nele “a população constrói sua identidade e seus sentimentos de pertencimento, onde expressa seu patrimônio cultural e define seu destino” (MIRANDA e COSTA, 2005. p.45); é sobre ele que constroem a base social de sua existência, deixando as marcas de sua cultura, expressando assim a relação de pertencimento e de uso/conhecimento do espaço.

Nos caso pesquisado uma situação análoga parece se desenvolver. Assegurados com soberania os camponeses tem a condição de produzir os alimentos essenciais à sua sobrevivência e à de sua família. Dispondo de um espaço para cultivar, das relações mais sólidas, e de sua organização os camponeses têm uma oportunidade fecunda de criar laços territoriais mais fortes. Todavia, estamos nos referindo às possibilidades da construção mais sólida desses territórios. Para alcançarmos a situação vislumbrada, antes é preciso superar dois sérios obstáculos.

Primeiro é o entendimento que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas” (ABRAMOVAY, 2000. p. 26). Essa dimensão é útil para relevar as dinâmicas regionais dependem de seu entorno para estabelecer contatos com a economia nacional e global. Também para o entendimento que campo precisa ser reconhecido em sua especificidade e ao mesmo tempo na sua relação com as cidades.

Outro obstáculo a ser superado é entender que embora existam traços comuns da ruralidade, o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Captar essa diversidade “é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2000. p. 27). A obra de MIRANDA e COSTA (2005) traz esse esforço de compreensão acerca do estado do Maranhão; exemplificando o trabalho com o movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Talvez, numa conjuntura como essa, possa ser possível vislumbrar a proposição de Souza (1995), da constituição de autonomia nos/dos territórios, quando defende a idéia que uma sociedade autônoma é aquela que luta pela defesa e gestão livre de seu território, constituinte de uma identidade cultural e ao mesmo contido de recursos, recursos com acessibilidade, potencialmente, de maneira igual para todos.

O poder que se aplica nos territórios via de regra é um poder hegemônico, aplicado por grupos sociais hegemônicos com vistas à dominação e à manutenção das relações estabelecidas, sejam elas espaciais, políticas, econômicas, etc. Todavia, a discussão do território não tem unicamente esse fim, podendo servir também para desvendar os atores (muitas vezes ‘desconhecidos’) dessa territorialização e possibilitar a construção de um território soberano, com vistas à emancipação social.

Convergemos nesse sentido com a afirmação de Souza (1995), para ele: “O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é

suporte material da existência, e mais ou menos fortemente, catalisador cultural – simbólico- e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia” (p.108).

Negar que estamos inseridos numa sociedade onde a conjuntura política e ideológica internacional tão fortemente avessa a concepções como autonomia e justiça social é incorrer em grande imaturidade e/ou ignorância. Todavia, essa constatação não deve nos tolher de buscar a construção outros quadros sociais e espaciais.

Devemos tentar compreender os limites do desenvolvimento social e espacial efetivo e procurar delinear uma alternativa essencial a essa sociedade; pois assim, estaremos esboçando um projeto ou horizonte de pensamento/ação. E compreender que uma luta pontual como o ativismo de bairro pode desencadear outras lutas, que se interligando podem criar um avanço na consciência crítica de seus atores e no seu potencial de resistência. (SOUZA, 1995. p.109)

De acordo com a distinção do conceito de território, de suas vertentes, sua relação com a ruralidade e com a possibilidade de instauração da autonomia é que pretendemos adentrar ao conceito de territorialidade.

Em nossa interpretação, é através dele que podemos captar melhor a vertente cultural (ista) do território para o estudo em questão. A territorialidade corresponderia a uma escala maior de interpretação do conhecimento e uso do espaço pelos grupos, mediatizados pela confrontação de poderes. Acreditamos que com o conceito será possível constatar mais significativamente a constituição de autonomia dos camponeses sobre seu território, no presente estudo estamos nos propondo a fazer isto a partir da perspectiva dos assentamentos rurais do município de Araponga- MG.

## **2.2) Do Território à Territorialidade.**

A partir da compreensão das relações de poder exercidas sobre um espaço e da necessidade de construirmos postulações com vistas a territórios autônomos e soberanos, é de extrema importância para a compreensão da temática que proponho aqui, a compreensão do conceito de territorialidade. Sobre ele diversos autores tanto da geografia quanto de áreas próximas têm se debruçado, refletindo a importância que essa categoria assume para uma gestão social do espaço e do território.

A territorialidade pode ser entendida como “a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida” (CARA,1996. p. 262). O conceito

de territorialidade é que assume para dentro da geografia o tema da identidade, manifestada como categoria relacional espaço-sociedade “pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993. P. 158). Dialogando com o entendimento proposto pelos autores acima, ressaltamos nessa afirmação que essa tomada de consciência do espaço de vida se realiza com grande expressão, através do trabalho. O trabalho agroecológico dos camponeses se apresenta como ferramenta interessante para a territorialidade, como procurarei mostrar a frente.

Um importante geógrafo brasileiro, Manuel Correia de Andrade, trata da territorialidade, e para ele a expressão pode ser encarada “tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, com, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população fazer parte de um território, de integrar ao território” (ANDRADE, 2004. p. 20). Relacionando a territorialidade com as relações de poder que sustentam o conceito de território atualmente, o autor nos acrescenta afirmando que:

O Estado, sobretudo o autodeterminado Estado Liberal, está a serviço das empresas, e conseqüentemente do jogo de interesses e da capacidade de cooptação das mesmas que disputam territórios e mercados. Daí a necessidade de se encarar o território, e conseqüentemente a territorialidade como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação. (ANDRADE, 1996. p 22).

Nessa afirmação de Andrade é que sustentamos a necessidade de reflexões e proposições acerca da territorialidade. Temos um quadro amplamente desfavorável ao campesinato brasileiro, mas é necessário criar outras correlações de forças, e reivindicar territórios, reivindicar territorialidades como alternativas. Para isso resgatamos a idéia de que o território não é algo fixo, portanto está em constante construção e desconstrução.

Os movimentos e organizações populares têm historicamente nos territórios um instrumento de luta. O reconhecimento dos territórios quilombolas, indígenas, até hoje são uma exigência forte. Esses movimentos têm sua reivindicação em cima do critério de identidade coletiva sob um território, e é sobre a perspectiva identitária das territorialidades que a geografia pode contribuir com essas organizações.



O que não deve ser feito é confundir essas identidades com as que foram tomadas como pretextos para justificar a expansão das idéias racistas de uso do território, justificando-as para a dominação e à subjugação de outras populações. É necessário, portanto, compreender que quando falamos em identidade (que comporta o termo diversidade) não nos reportamos à homogeneização cultural, pelo contrário.

É preciso entender o território de um ponto de vista mais abrangente, assim também é preciso fazer com a territorialidade; mas é no espaço do campesinato que pretendo centrar minhas reflexões. Para isso é preciso me debruçar sobre território e territorialidade no campo.

Assegurados com soberania os camponeses tem a condição de produzir os alimentos essenciais à sua sobrevivência e à de sua família. Dispondo de um espaço para cultivar, das relações mais sólidas, e de sua organização os camponeses tem uma oportunidade fecunda de criar laços territoriais mais fortes; com seu espaço, entre si e com o restante da sociedade, afinal: “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de participação entre elas” (ANDRADE, 2004. p. 20)

O que proponho entender na relação entre territorialidades e o campo é como criar possibilidades cada vez maiores de que o camponês possa ter autonomia sobre o que vai produzir, para quem, como vai produzir, e porquê produzir. Esse seria um passo fundamental para a construção de sua autonomia sobre o território, construída na relação entre o que produz em casa com o mundo, e o que é ‘exterior’ ao seu local. Vislumbrando assim um território “enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência de um grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação” (SOUZA, 1995. P. 110).

À medida que a relação mencionada vai se construindo e se tornando mais forte é que as territorialidades se reforçam. São em casos assim que eclodem as resistências culturais, os traços de identidade e de pertença, que são fundamentais para a soberania de um povo.

### **3. AGROECOLOGIA: CONCEITOS E PROPOSIÇÕES.**

Para o entendimento da necessidade de proposição de outra caminhada para os movimentos organizados do campo brasileiro, buscaremos nos debruçar com mais atenção sobre a Agroecologia. Esperamos encontrar nessa problematização elementos que embasem um enfrentamento ao modelo vigente, que como já tratamos caminha na destruição das unidades produtivas familiares, e continua expulsando populações de seus territórios, enfraquecendo suas territorialidades, e retirando-lhes a autonomia.

Os diversos estudos realizados sobre Agroecologia contêm diversos vieses. Muitos artigos e trabalhos publicados apresentam a proposta agroecológica como mera substituição dos insumos químicos por processos naturais. Caem, portanto, numa perspectiva ecotecnocrática, numa tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, podendo inclusive sustentar monoculturas orgânicas de larga escala, baseada em mão-de-obra explorada. (CAPORAL e COSTABEBER, 2007). É preciso extrapolar essa perspectiva, buscando compreender que

a agroecologia, mais do que uma transformação técnica, se constitui numa proposta de transformação política. Contudo, essas duas dimensões estão intrinsecamente interligadas, pois é exatamente a partir desses processos locais de inovação tecnológica que se vem construindo novos referenciais técnicos, metodológicos e conceituais que, pouco a pouco, vêm sendo traduzidos em proposições de políticas públicas e em força social transformadora. (Luzzi, 2007. p. 5)

Nosso entendimento é que a agroecologia tem raízes mais profundas, não se limita apenas aos processos técnicos, mas também com o chamado empoderamento dos agricultores e com a (re) organização social desses grupos. Parte assim, para uma proposta mais efetiva de desenvolvimento territorial rural, fortalecendo as Cooperativas, Associações, Sindicatos e Movimentos Sociais. “O seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social.” (RIBEIRO, 2007.p. 258).

Para Luzzi (2007) a popularização do termo agroecologia se deu principalmente a partir da década de 1980, com os trabalhos de Miguel Altieri. Estudando os sistemas de cultivos tradicionais indígenas e camponeses, apreendeu a noção de conciliação das práticas agrícolas com as características naturais de cada ambiente. A partir do aprendizado com essas experiências Altieri difundiu o termo Agroecologia como um marco conceitual, científico e de desenvolvimento, que

posteriormente foi apropriado por diversas instituições e organizações no campo, que já trabalhavam com Agricultura Alternativa.

A introdução desse conceito representou uma ruptura epistemológica, trazendo alterações profundas aos trabalhos das ONG's; pois: "Permitiu que a noção de transferência de tecnologias fosse aos poucos substituída pela noção de processos de inovação agroecológica. O foco de atenção é deslocado das tecnologias alternativas para a ação dos agentes de inovação (os agricultores)" (LUZZI, 2007. p. 65).

Entendida como um modo de cultivar a terra com princípios ecológicos sociais e sustentáveis, respeitar e aproveitar a biodiversidade assim como preocupar-se com os grupos sociais, e com uma distribuição justa e igualitária dos produtos. Pauta pela diversidade nos processos produtivos (policultivo), pela soberania alimentar, e por assegurar as populações tradicionais no campo, buscando uma aproximação e entrelaçamento mais forte entre o conhecimento popular e científico.

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna.(...) Isso leva a um processo de reconstrução das práticas e dos valores autóctones das etnias, conservando suas identidades culturais.(...)A agroecologia deve ser encarada como um paradigma científico que agrupa várias áreas do conhecimento, com o intuito de perceber, estudar, interferir (enquanto sugestão) em processos sociais, políticos, organizativos, culturais, ecológicos e ambientais. (LEFF, 2002. p. 41)

Trabalhos de grande valor têm sido realizados no sentido de destacar esse viés de desenvolvimento alternativo, e é a partir deles que será feita a presente reflexão sobre a Agroecologia.

MAFRA(2006) em sua tese nos dá um bom começo de partida, e mostra ranços a serem superados nas relações de trabalho historicamente construídas no Brasil até hoje; como no caso da modernização do campo no Brasil, vista como um processo violento. Não apenas da violência física, mas principalmente simbólica, não explicitada (como no caso da desqualificação do trabalhador) que atinge o universo social, político e simbólico dos agricultores e de suas famílias.

O projeto de desenvolvimento adotado no campo brasileiro durante a segunda metade do século passado assumiu essa postura de violência, de acordo com SEVILLA-GUSMAN (2005) a Revolução Verde pode ser vista como fase do processo maciço de descampesinação, que trouxe duas conseqüências fundamentais: Em primeiro a

degradação sociocultural do campesinato (amplos processos de grilagem e conflitos entre latifundiários e camponeses); e em segundo lugar a separação Homem-Natureza, e a dominação privatização e mercantilização desta por aquele: “Isso gerou um manejo dos recursos naturais em que a fertilidade natural do solo - e sua constatação como algo vivo – foi substituída por sua utilização como algo inerte alimentado pela química sintética” (SEVILLA - GUSMAN, 2005. p.118).

Sobre o ponto de vista ambiental, as conseqüências foram graves, seja pelo comprometimento dos solos, seja pela retirada da mata, pelas queimadas ou pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. A lixiviação leva grande parte desse material aos cursos dos rios, que continuam sendo assoreados e eutrofizados, comprometendo a vida ali presente. Muitas nascentes foram desprotegidas e secaram. Sob o aspecto social, primeiramente a industrialização do campo levou grande contingente populacional para a periferia das cidades, e tornou dependentes os agricultores que permaneceram no campo. Dependentes dos agrotóxicos para controlar as pragas cada vez mais resistentes, e dos fertilizantes para nutrir solos cada vez mais frágeis.

Sevilla - Gusman (2005) afirma que o conceito tradicionalista de desenvolvimento caminha associado à idéia de ajuda para o desenvolvimento, assumindo uma postura paternalista. Em muitos casos o que houve foi uma forma de colonialismo sutil, que satisfazia apenas os interesses dos países centrais. Colonialismo, obviamente, fundado na dependência.

O papel exercido pelos técnicos extensionistas tem grande importância na criação desses laços de dependência, porém o objetivo de presente trabalho não é examinar esse assunto, pois diversos autores já trataram bem sobre ele (ver Freire. 1983). Mas é interessante observar como a extensão nesse período representou o projeto desenvolvimentista dos governos militares, numa aliança entre estes, as elites agrárias e os centros de pesquisas/ difusão tecnológica.

Esse modelo ainda persiste e predomina no Brasil, nos órgãos públicos e empresas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Todavia, já há algumas décadas movimentos populares, universidades e as mais diversas organizações do campo vem construindo outro tipo de trabalhos na área. É na busca da superação de todas as dependências acima tratadas que a agroecologia assume papel importante como uma grande alavanca para a construção de autonomia no campo brasileiro. As demandas desses movimentos aliada à prática transformadora de diversos profissionais construíram ao longo das ultimas décadas caminhos alternativos, a grande maioria deles

pautados na Agroecologia e tocados por Organizações Não Governamentais (ONG's) e pesquisadores das universidades.

a Agroecologia se consolida como um enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade de orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2007. P.13)

No Brasil, podemos dizer que a Agroecologia surge na tentativa de romper com a situação de dependência do campesinato, de expropriação e conseqüente perda da territorialidade. Mas precisamos antes compreender melhor a agroecologia para captar seu real significado:

A agroecologia propõe, de certa maneira, resgatar valores dos agricultores que estavam esquecidos, bloqueados pela lógica dominante da exploração agrícola. Tratam-se de coisas que os agricultores aprenderam desde crianças, relacionadas à diversificação da produção, à subsistência das famílias. Juntamente com técnicas, formas de produção, há também um resgate de lembranças e sensações de uma vida com mais saúde, fartura, coisas que são importantes dentro da lógica, estratégias e trajetória dos agricultores (MAFRA, 2006. p.36).

Assim, o “conhecimento agroecológico viria pela inter-relação das diferentes disciplinas, buscando compreender o funcionamento do ciclo dos minerais, das transformações de energia, dos processos biológicos e das relações socioeconômicas”. ( SEVILLA- GUSMAN 2005. p.103).

É no entendimento da construção do conhecimento agroecológico que a dimensão territorial adquire peso, pois vai de encontro às propostas de desenvolvimento homogeneizadoras; ao contrário, busca a: “matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” ( SEVILLA- GUSMAN 2005. p.103).

Nesse sentido, a demanda das experiências agroecológicas vai além das mudanças técnicas ou produtivas, mas transformações nos valores, na organização de agricultores e na postura dos mediadores. Neste aspecto também, explicitam-se as diferenças de história, trajetória, acessos e oportunidades que criam limites para que os

agricultores possam conduzir autonomamente seus projetos, sobretudo quando eles se chocam com padrões sociais (MAFRA, 2006).

A proposta agroecológica como eixo importante do acesso à terra vai trazer alternativas para os processos produtivos, para relações sociais, reduzindo a dependência externa. “A terra pode ser vista como um espaço, uma condição para a experimentação, para a inovação. A acessibilidade da proposta agroecológica faz com que a apropriação de conhecimentos e sua utilização sejam também estimuladores da autonomia dos agricultores” (MAFRA, 2006. p.50).

Seguindo nossas reflexões, e não esquecendo que elas são geográficas, faz-se necessária uma ressalva acerca do local, entendendo que este nunca está desvinculado de um contexto global de reprodução das relações sociais. Alguns autores afirmam que a proposta da agroecologia é reforçar os conhecimentos locais(endógenos), assim como acrescê-los também de conhecimentos exteriores. “O externo passa a incorporar-se ao endógeno, quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a autodefinição da qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais, se produz tal forma de assimilação”. (SEVILLA- GUSMAN, 2005. p.128). Sendo assim:

A Agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (...) deste modo, na reapropriação de saberes tradicionais e sua hibridação com conhecimentos científicos modernos, o elemento aglutinante não é o desejo de lucro, senão a reprodução ecológico-cultural do agroecossistema e do território.(LEFF,2002. p. 42-3)

A partir do que foi dito acima e do que é praticado na linha da agroecologia, não existe uma proposta fixa e única, como no modelo convencional. Pelo contrário, a agroecologia no semi-árido é completamente diferente da agricultura no domínio da Mata Atlântica, pois assim como mudam clima, pluviosidade, solos, flora e fauna, podem mudar as características socioculturais em cada região. No enfrentamento das monoculturas no espaço agrário brasileiro é fundamental compreender o caminho da diversidade à partir das condições locais.

O estudo de MAFRA (2006) se debruça sobre a experiência agroecológica em Araponga, município da Zona da Mata Mineira. Experiência construída por organizações sociais do município (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos

Agricultores Familiares, Cooperativa de Crédito Solidário) em parceria com a ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

A autora analisa como a agroecologia foi construída de forma entrelaçada com um processo local de acesso à terra, chamado de “Conquista de Terras em Conjunto”, que consiste em compras de terras por antigos parceiros, meeiros e trabalhadores assalariados através de um fundo de crédito rotativo e solidário.

Entretanto, apenas adquirir terras não é suficiente para a re-existência do campesinato, isso se verifica com facilidade nos vários movimentos/organizações do campo espalhadas pelo Brasil, e talvez seja por isso que grande parte desses estão hoje bradando pela agroecologia.

Mais ainda, talvez seja esse o esforço principal do presente trabalho; o de significar a agroecologia como alternativa para o Estado brasileiro, como proposta de ação transformadora, um compromisso que pode servir pra a avaliação e proposição de políticas públicas voltadas ao campesinato brasileiro, de forma que sua organização se construa sobre um novo patamar, favorecidos por incentivos do Estado, e por sua própria intenção de construir práticas alternativas.

Os estudos de geografia agrária precisam crescer-se de proposições para o campesinato que vão além da exigência da reforma agrária, mas que perpassem também por pressões sobre políticas públicas que assegurem os camponeses em seus territórios com dignidade e soberania. Posto isso, é preciso ousar apontar caminhos, ainda que esses (como todos!) não estejam totalmente claros e livres de críticas.

Cientes disso, trabalhamos com a hipótese que o acesso à terra adquiriu importância fundamental no avanço da agroecologia no município de Araponga; e num processo de mão dupla, a agroecologia foi de suma importância para a perpetuação do acesso à terra por outros camponeses. A consequência de tudo isso foi modificar as relações de poder no município:

Os ganhos de autonomia dos pequenos agricultores, a partir do acesso à terra, implica em perda de poder dos grandes proprietários. Estes deixam de exercer o controle sobre a vida e as decisões dos pequenos. Embora as relações entre eles ainda sejam marcadas por um equilíbrio desigual de poder em favor das elites locais, os novos proprietários já não podem ser simplesmente coagidos a realizar determinadas ações (MAFRA, 2006. p.47).

## **4) O CAMPESINATO BRASILEIRO**

### **4.1) Histórico da formação do Campesinato no Brasil:**

O termo campesinato foi e continua sendo bastante discutido entre os estudiosos da questão agrária brasileira. Por ser um termo utilizado em outras línguas, como russo, espanhol, francês, entre outras; seu entendimento na realidade brasileira ficou comprometido devido às correspondências que se faziam com os camponeses de outros países.

Sobre essa questão ANDRADE (2004) salienta que estudiosos evitavam o termo por não encontrarem semelhanças com o aldeão francês, na busca de um agricultor que dedicava sua produção unicamente para o consumo interno familiar, não se preocupando com o mercado de venda da produção.

Existem muitas divergências sobre o conceito, e grande parte delas recaem sobre as especificidades da formação do campesinato em cada lugar. Adentraremos agora em uma compreensão sobre as origens, a formação e as transformações do campesinato brasileiro; buscando levantar elementos que fundamentem a discussão conceitual sobre o campesinato, para posteriormente assumir um consenso para nossa pesquisa.

ANDRADE (2004) expõe valiosos elementos que apontam à diversidade étnica e cultural na formação do camponês brasileiro, formada pelos índios, portugueses, escravos africanos, e demais europeus que instalaram colônias ao longo de nossa história, como veremos a seguir.

As diversas etnias indígenas, em seu maior ou menor grau de relação com a sociedade que foram se instalando no país, representaram e não devem ser esquecidas como um dos germes do campesinato. É importante grifar que este assunto, pois muitos autores “brasileiros” seguem contando uma história europeizada, esquecendo de destacar as nações indígenas como nossos primeiros habitantes e praticantes da agricultura, práticas que posteriormente foram resgatadas posteriormente como “sustentáveis”. Somente a partir dessa observação nos é possível contar a história de transformação do território brasileiro, implantada aqui pelos colonizadores.



O autor afirma que durante o período colonial no nordeste, à sombra dos extensos canaviais, viajantes observavam a existência de culturas diversas praticadas por homens livres em terras alheias ou em pequenas porções de terras próprias, consistiam em produzir para o auto-abastecimento e a venda para as vilas ou para os próprios engenhos.

No período, muitos portugueses se instalavam aqui sem recursos pra montar o próprio engenho, e passaram a viver de pequenas atividades agrícolas em áreas afastadas dos engenhos, em terras que ocupavam ou em terras de outrem.

No Sudeste, as atividades agrícolas camponesas se desenvolveram de forma parecida, ocupando áreas mais distantes, praticando o policultivo, visando o abastecimento próprio e do mercado local, que nessa região foi decorrente do surto das atividades mineradoras nos chamados Sertões das Gerais.

Os Quilombos foram outra via de origem do campesinato, onde os escravos fugidos organizavam suas roças para suprir a população de forma semelhante ao que ocorria na África. Os imigrantes italianos, alemães, suíços, e dos demais países europeus que viram para o Brasil e criaram colônias de pequenos proprietários nas várias estados foram também fundamentais para a constituição do campesinato no país.

Todavia, existe uma grande diferença entre os que vinham para ser proprietários e os que vinham como colonos para serem mão de obra nos cafezais, em substituição ao braço escravo. Contudo, ambos contribuíram para a formação de um campesinato. Nas colônias eles se tornavam pequenos proprietários das terras em que cultivavam nas lavouras de mantimentos; nos cafezais eles trabalhavam a terra, mas não eram donos, e isso fez grande diferença: No primeiro caso a propriedade da terra fixou melhor o colono, já no segundo caso ele se transformou em assalariado agrícola ou migrou para a cidade.

Em suma, instalou-se no Brasil uma grande variedade de tradições culturais, que conseqüentemente carregavam maneiras variadas de se relacionar com a terra, de trabalhar a produção agrícola e de convivência social comunitária.

Essa diversidade presente no campo brasileiro reagiu diferentemente ante as apropriações capitalistas na história de formação do território brasileiro. Portanto, não podemos esquecer de considerar as transformações sócio-espaciais ocorridas no território brasileiro onde o camponês foi assentado. É importante considerar que:

O “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação ou posse (WANDERLEY, 1996. p.7-8).

O camponês, nesse sentido, esteve sempre subjugado – ainda que nem sempre diretamente - ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista sobre nosso território, o que pode ser entendido quando analisamos as constantes territorializações e desterritorializações dos camponeses:

É importante lembrar que no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, particularmente no que se refere à agricultura, foi o próprio capital que instituiu a apropriação camponesa da terra, como consequência evidente da crise do trabalho escravo. Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do próprio capital, o que vale dizer, o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país. (OLIVEIRA, 1996. P. 49).

Assim, ao interpretarmos o campesinato brasileiro em sua formação histórica, percebemos que ele se desenvolve sobre uma série de limitações impostas, que lhe recaíram em obstáculos tanto no aspecto da produção agrícola, quanto da reprodução familiar, como também da propriedade da terra: “a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, o que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social” (WANDERLEY, 1996. p.8).

Apesar das muitas adversidades encontradas, os camponeses reagiram buscando estratégias para manutenção e/ou recriação de seu modo de vida. Segundo WANDERLEY (1996), à precariedade estrutural de condições de vida encontradas, como deficiência de animais para promover a fertilização natural, reagiram com o pousio. Mas era necessário produzir alimentos, e essa necessidade os camponeses supriam de várias formas: complementando a renda com trabalhos em outras propriedades ou ainda migrando temporária ou definitivamente.

Expressas por muitos artistas brasileiros, na pintura com Portinari, na literatura com Raquel de Queiroz, na música de Luis Gonzaga, as sucessivas migrações a que foram submetidos, revelam outro processo que criou sérios impedimentos aos camponeses. Repetiu-se muitas vezes um ciclo de grilagem, trabalho camponês na terra,

seguido de apropriação pelos grandes proprietários; o que os forçava a adentrar a ocupação agrícola do território, dando início a um novo ciclo.

Essas migrações tinham um objetivo claro: “Diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível consistiu, ao longo da história do camponato brasileiro, especialmente, em algumas regiões, na migração para o interior do país.” (WANDERLEY, 1996. p. 11).

Nesse breve apanhado, podemos encontrar elementos que nos evidenciam o histórico de subjugação enfrentado pelo camponês brasileiro, e talvez a dificuldade de reconhecimento e valorização da importância dos camponeses na sociedade brasileira tenha alguma ligação com esse fato, haja vista que:

(...) no Brasil, a grande propriedade, predominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua produção (...). Quando comparado ao camponato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilidade de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1996. p. 8).

A partir desses contextos desfavoráveis é que verificamos as organizações dos camponeses com vistas a buscar processos sociais de resistência (e re-existência!). Podemos entender que os germes da organização camponesa têm sua origem nos quilombos e nas comunidades onde os camponeses se re-territorializaram Brasil adentro.

As organizações camponesas acompanharam a história brasileira. Nas décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas eclodem como o primeiro movimento social rural, esse fato inclusive fez com que o termo camponato passasse a ser admitido pelos estudiosos principalmente quando, a partir de meados do século XX, as Ligas Camponesas se expandiram.

Fundadas como sociedade beneficentes dos defuntos, elas organizavam as lutas dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral da Zona da Mata Nordestina, bem como a luta pela expropriação e exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região (OLIVEIRA, 2002. p. 99)

As Ligas logo se espalharam pelo Nordeste e pelo resto do país, e representaram, através de suas organizações e manifestações de massa, a primeira forma de luta pela Reforma Agrária no Brasil. Prova disso foi a criação da Superintendência

da Reforma Agrária (Supra) no governo João Goulart, que representou a primeira tentativa de reforma agrária no país, através de um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 km ao longo das rodovias do país. (OLIVEIRA, 2002).

A partir das experiências das Ligas Camponesas se sucederam diversas organizações de agricultores em todo país, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os Movimentos de Atingidos por Barragens e de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros muitos.

Em Araponga, o Sindicato de Trabalhadores Rurais se enquadra neste mesmo contexto, do enfrentamento às desigualdades no campo, à concentração de terra e renda, à dizimação da cultura tradicional popular. Barbosa (2005) ressalta o processo de silenciamento sofrido pelos “ameríndiafricanos” que ali construíram sua formação sociocultural. Destaca, contudo, que esse processo não conseguiu apagar-lhes a memória por completo, e aos poucos o silenciado vai se tornando presente.

É dessa força de organização e luta dos camponeses que vemos a possibilidade de germinar outras propostas de desenvolvimento territorial rural, cujas reivindicações extrapolam o viés único do economicismo e tratam do conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses, abarcando as dimensões política, social, cultural, ambiental e econômica como um conjunto indissociável (FERNANDES, 2007).

Porém, camponeses e grandes latifundiários disputam espaço físico e político na sociedade brasileira, e nesse processo, o campesinato sofreu profundas alterações, e é sobre essa temática que nos debruçaremos agora.

#### **4.2 ) Transformações do Campo Brasileiro**

As transformações decorrentes do processo de modernização/industrialização do Brasil atingiram o camponês em duas vias, que serão aqui diferenciadas apenas por questões analíticas, mas que na prática ocorreram de forma simultânea e estão relacionadas ao desenvolvimento capitalista no campo.

Uma delas foi relativa aos costumes e tradições do camponês, interpretados como sinônimos de atraso em contraponto com a cidade. Os meios de comunicação e com eles a exaltação do padrão de vida urbano, do asseio e civismo e do progresso contribuíram em demasia para o processo.

Esse atrelamento ao atraso no campo serviu também como justificativa para a Revolução Verde no campo brasileiro, que tinha a missão de levar o desenvolvimento, o futuro ao campo brasileiro. Na verdade o que fez foi ampliar o latifúndio no país, esvaziar o campo brasileiro, impor um padrão de técnicas, maquinários e uso de insumos que submeteu progressivamente grande parte dos camponeses à lógica de produção capitalista.

Outra via foi a inserção do camponês no mercado. A preocupação fundamental do camponês deixou de ser o autoconsumo e passou a ser o mercado externo. Para adquirir os produtos propagandeados pelas cidades, o camponês teve de reorientar sua produção, e muitas vezes buscar com mais frequência trabalho na cidade. Ambos os processos fizeram com que o camponês se integrasse a agricultura comercial. “E, com essa integração, vêm novas solicitações pessoais e profissionais, a compra de “cidades”, de adubos, de máquinas etc., colocando-o no ciclo de crédito que muitas vezes lhe é desfavorável” (ANDRADE, 2004.p. 75).

Essa integração, por sua vez, revela um aspecto importante no processo de internacionalização da economia brasileira: “que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do *modo industrial de produzir* no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre indústria e agricultura” (OLIVEIRA, 2002. p. 77).

Esse processo trouxe conseqüências graves ao campesinato; ora criando relações de dependência como foi mencionado; ora reduzindo as possibilidades de inserção competitiva do camponês ao mercado local. Diante dessa ação, muitos camponeses foram obrigados a abandonar suas terras, ou entraram em um processo crescente de proletarização.

Isso se deve em grande parte à ausência de políticas públicas voltadas para o campesinato. Durante a ditadura militar, foi realizado um estudo que pretendeu diagnosticar a realidade do campo brasileiro; esse estudo diagnosticava uma situação de atraso do campo brasileiro, apontando que nossa produção não supriria as nossas cidades e não daria conta das divisas externas que o país precisaria construir. A saída pra isso foi o apoio aos grandes projetos agroindustriais, ao fortalecimento do uso de maquinários, (cf. JONES, 1997).

O Estado brasileiro praticamente desconsiderou o campesinato como importante para solucionar os problemas agrícolas, e em decorrência disso fechou as

portas de crédito e financiamento a esse grupo. ANDRADE nos dá um panorama dessa questão e de seus porquês:

Não se pode negar que as políticas governamentais agrícolas sempre foram destinadas a beneficiar os grandes e médios empresários, tanto em consequência do poder de pressão e da convivência dos técnicos e administradores que legitimam essa atitude com um discurso que a justifica, como em virtude da defesa da economia de escala e da defesa da melhor qualificação tecnológica da lavoura. Há uma tendência no país bastante acentuada após 1964, a uma concentração tanto da produção agrícola quanto da propriedade da terra. Da produção, porque os proprietários passaram a administrar toda a propriedade, utilizando mão-de-obra assalariada, fazendo desaparecer a agricultura de parceiros e arrendatários que foram desalojados dos seus sítios; concentração da propriedade da terra, porque os grandes grupos econômicos vêm conseguindo obter grandes porções de terra nas áreas em ocupação, nas chamadas frentes de expansão localizadas no Centro Oeste, na Amazônia e no Maranhão, ou adquirir por preços baixos, terras nas próprias áreas tradicionalmente ocupadas.(2004. p.75)

Essa afirmação pode ser verificada quando analisamos os dados referentes ao ano de 1985: “a obtenção desse crédito estava dirigido socialmente, pois 3% do total chegou aos estabelecimentos com menos de 10 ha.; 28%, aos de 10 a 100 ha., e os restantes 72% foram destinados às propriedades com mais de 1.000 ha.” (OLIVEIRA, 2002. p.79-80).

Foram muitas as consequências desse processo, entre elas a proletarianização dos camponeses, o intenso processo de êxodo rural no Brasil, e o fortalecimento das grandes unidades de produção. Em Araponga seguiu-se a mesma lógica, ainda que atualmente esteja um pouco alterada pelos processos criados pelos agricultores familiares organizados no município.

#### **4.3) Agricultura Familiar e Campesinato: Dilemas em torno dos conceitos.**

Recentemente, esse assunto tem questionado muitos estudiosos da questão agrária, e o que obtivemos a partir de nossas leituras é que não há um consenso sobre o significado de cada conceito, e as diferenças entre Camponês e Agricultor Familiar não estão tão claras como supúnhamos, inclusive observa-se que a maioria dos autores utiliza os dois termos. Adentraremos agora na tentativa de sintetizar as principais contribuições dessas leituras, para aclarar nossa perspectiva de interpretação.

LAMARCHE (1998) faz uma tentativa de elaborar critérios de classificação para os estabelecimentos agrícolas a partir do grau de integração à economia de mercado.

Para isso, se propõe a analisar, na agricultura de vários países, as lógicas de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas através de três temas: A terra (significado simbólico para as famílias, importância à propriedade fundiária, apego à terra...); O Trabalho ( a participação de mão-de-obra familiar nos trabalhos desenvolvidos); e a Reprodução dos Estabelecimentos( profissão dos filhos, desejos dos pais em relação a estes...).

O autor ainda se propõe a avaliar a dependência da organização da produção agrícola, também a partir de três parâmetros: Dependência Tecnológica (Sistemas de produção com base em tecnologias de ponta levam o agricultor a elevar sua dependência externa); Financeira (Relacionada com a dependência tecnológica, leva em conta o recurso aos empréstimos, o endividamento do agricultor e a importância dada à utilização de crédito para seu desenvolvimento; e Dependência do Mercado (Diferencia produções exclusivas para o mercado, produções exclusivas para o autoconsumo e produções que possuem ambos os destinos)

A partir desses critérios de análise, LAMARCHE (1998) elabora quatro modelos teóricos, onde a lógica de inserção define o perfil da agricultura praticada. Entendemos essa tentativa de classificação como pouco suficiente para explicar o caso brasileiro; pois como veremos à frente, a integração às economias de mercado não descaracteriza necessariamente o camponês. Alguns autores manifestaram-se a respeito dessa questão:

Essas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 1996. p. 1).

“Essa é uma interpretação equivocada em que o camponês quando inserido no mercado capitalista utilizando de novas tecnologias se transformaria em agricultor familiar. Na verdade, criou-se um novo nome para se falar do mesmo sujeito” (FERNANDES, 2007. p.45).

Outros já qualificam mais profundamente a discussão, ressaltando que a resistência do camponês se insere dentro do modo capitalista de produção. Logo, como ressaltam OLIVEIRA, 1991 e FERNANDES, 2007, é preciso compreendê-lo como classe, presente no contexto da sociedade brasileira em geral, pois:

O campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subalterna. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas,

ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista (MARQUES, 2005. p. 145).

Ao utilizarmos o conceito de camponês, entendemos que o estamos fazendo é: “situar o campesinato no processo de formação histórica da sociedade; é reconhecer as diferentes formas assumidas pelo campesinato, a diversidade intrínseca às manifestações de sua própria existência enquanto classe social a se reproduzir no interior do capitalismo.” (BEDIM, 2007. p. 83).

Resta ainda acrescentar um argumento interessante para concluirmos essa discussão:

Não é a participação do camponês no mercado que o torna capitalista. Como também não é o uso de novas tecnologias ou a venda para a indústria que o torna capitalista. É a mudança de uma relação social organizada no trabalho familiar para uma relação social organizada na contratação do trabalho assalariado em condição que supere a força de trabalho da família em determinadas condições espaciais e temporais. (FERNANDES, 2007. p. 46).

Diante dos argumentos apresentados, fica claro que apesar de muitos autores, instituições e mesmo organizações sociais do campo utilizarem o termo Agricultura Familiar; para as organizações e os agricultores pesquisados, não entendemos o termo como contrário ao de Campesinato.

Por outro lado, essa afirmativa não significa que ignoramos o processo vivido por muitos agricultores, de distanciamento do modo de vida camponês e aproximação com o agronegócio. Nesse sentido, concordamos com a interpretação de FERNANDES (2007, p. 59), que vê três paisagens geográficas distintas no campo brasileiro:

a) A do território do agronegócio: Caracterizada pela grande escala e homogeneidade do território, pelos desertos populacionais, pela monocultura e pelo produtivismo para exportação.

b) O território camponês: apresentando pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, povoamento freqüente, policultura e produção de alimento – principalmente - para o desenvolvimento local, regional, nacional.

c) O território camponês monopolizado pelo agronegócio: apesar da escala menor, apresenta homogeneidade na paisagem, trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities*.



Feitas as considerações acerca das divergências em torno do tema, buscaremos agora uma compreensão mais profunda sobre as características do campesinato. Nesse sentido, OLIVEIRA (1996) propõe agrupar os elementos da produção camponesa em dois grupos: “um primeiro ligado à presença e qualificação da força de trabalho e outro ligado aos meios de produção e, sobretudo à propriedade a terra” (p. 55). A partir daí o autor nos expõe nove elementos da produção camponesa, que nos permite identificá-lo e diferenciá-lo, a saber:

I) a força do trabalho familiar; II) a prática de ajuda mútua; III) a parceria; IV) o trabalho acessório (que mesmo em propriedades alheias, é em sua maioria uma forma de complementar a renda produzida na unidade camponesa); V) trabalho assalariado (que não se trata de uma relação capitalista de produção, pois em geral, o camponês que contrata e o contratado são donos de seus respectivos meios de produção, e a contratação ocorre no seio familiar ou por afinidade); VI) O processo socialização do camponês; VII) A propriedade da terra (mesmo não sendo comum a todos os camponeses todos eles buscam-na: parceiros, rendeiros, posseiros); VIII) Propriedade dos meios de produção; IX) jornada de trabalho flexível.

Mendras (1976) *apud* Wanderley (1996) identifica também cinco características das sociedades camponesas: I) uma relativa autonomia face à sociedade global; II) importância estrutural dos grupos domésticos; III) um sistema econômico de autarquia relativa; IV) uma sociedade de interconhecimentos; V) e a presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Chonchol (1986) apresenta as principais características das economias camponesas: autonomia com relação às sociedades mais amplas; dificuldades de acesso a terra e aos mercados; a dependência conseqüente da concentração de terras; a expropriação feita pelo atravessador; a importância da família; e a importância das coletividades locais ou comunidades.

Tendo como referência os argumentos dos autores acima, pode-se dizer que está situado nosso entendimento em relação às tipologias do camponês/ agricultor familiar que buscamos interpretar. Buscamos essa compreensão pois teoricamente os estudos abordam mais o termo camponês, porém, nas entrevistas realizadas o termo agricultura familiar é mais comum.

Diante desses elementos, a exigência é de compreender o modo de vida camponês, e esboçar uma tentativa de significá-lo melhor para o contexto da sociedade

brasileira e do desenvolvimento territorial rural com vistas à construção de autonomias no campo brasileiro. Modo de vida este que pode ser entendido como:

Conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho, a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas a partir das famílias e dos vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2005. p.145)

#### **4.4) Campesinato e Desenvolvimento Territorial.**

Oliveira (2002) traz considerações importantes de serem ressaltadas acerca do campesinato brasileiro, como a compreensão dialética onde o desenvolvimento capitalista no território brasileiro é desigual e combinado; pois ao mesmo tempo em que se ampliam as relações especificamente capitalistas (com o trabalho assalariado dos bóias-frias) ampliam-se igual e contraditoriamente as relações camponesas de produção (presença do trabalho familiar no campo).

Esse traço pode suscitar nos leitores uma sensação de alívio, pois de fato o campesinato não está em vias de extinção como muitos autores afirmam. Entretanto a situação não é tão favorável assim, verifica-se um processo crescente de concentração de terras; Oliveira (2002) nos mostra que em 1985 tínhamos 3 milhões de camponeses dividindo 10 milhões de hectares de terra, enquanto 50 mil latifundiários dividem 164 milhões de hectares.

Além disso, o autor afirma que o processo de expropriação do campesinato não acontece necessariamente pela expropriação direta, mas de uma forma mais sutil, pois o capital “expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses poderem também ter terra para continuarem sendo camponeses. É por isso que, na maioria dos casos, são os camponeses que se proletarizam” (OLIVEIRA,1995. p.500)

Os financiamentos destinados à agricultura brasileira são amplamente desiguais e precisam ser repensados; pois além de assegurarem mais trabalho o campo, nas pequenas propriedades a terra é ocupada mais produtivamente. Analisando os dados de 1985, Oliveira (2002) nos mostra que os estabelecimentos com menos de 10 hectares apresentam uma produção bruta 27 vezes maior do que aqueles com mais de 10.000 hectares. Além de produzirem mais, os pequenos estabelecimentos apresentam uma

diversificação da produção muito maior, envolvendo frutas, raízes, grãos, algodão, legumes, hortaliças, café, cacau, aves e ovos.

O autor nos dá outros dados sobre a questão; analisando os dados referentes ao ano de 1985, afirma que: “24,2% dos estabelecimentos que receberam financiamentos tinham menos de 10 ha e ficaram com 3,5% dos financiamentos, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que eram 1,5% ficaram com 27,1% dos financiamentos.” (OLIVEIRA, 2002.. p. 80)

Os dados acima esclarecem que a situação persiste bastante adversa ao campesinato, e “esse processo só poderia ser revertido com a realização de uma reforma agrária que descentralizasse a posse da terra e fosse acompanhada de política agrária que favorecesse reorganizasse a produção rural” (ANDRADE, 2004. p.76).

Apesar de os dados terem mais de vinte anos, eles evidenciam que somente com uma forte reorientação da política agrária em nosso país é que poderemos vislumbrar a valorização do campesinato, bem como sua participação na vida contemporânea, sendo respeitado e mantendo suas características culturais.

## **5. A EXPERIENCIA AGROECOLÓGICA EM ARAPONGA**

### **5.1) Características Gerais e Formação Sócio Espacial do Município**

Localizada na Serra do Brigadeiro, pertencendo às regiões altas e frias da Zona da Mata de Minas Gerais, a cidade de Araponga se encontra a 950 m de altitude em sua sede, tendo como ponto mais alto o Pico do Soares, a 1985m. Segundo estudiosos da região (ASSIS, 2003), os primeiros habitantes foram os índios Puri, nômades que provavelmente se refugiaram das terras baixas da Zona da Mata, onde havia disputa por ouro e áreas agrícolas para abastecerem as regiões mineradoras do Estado.

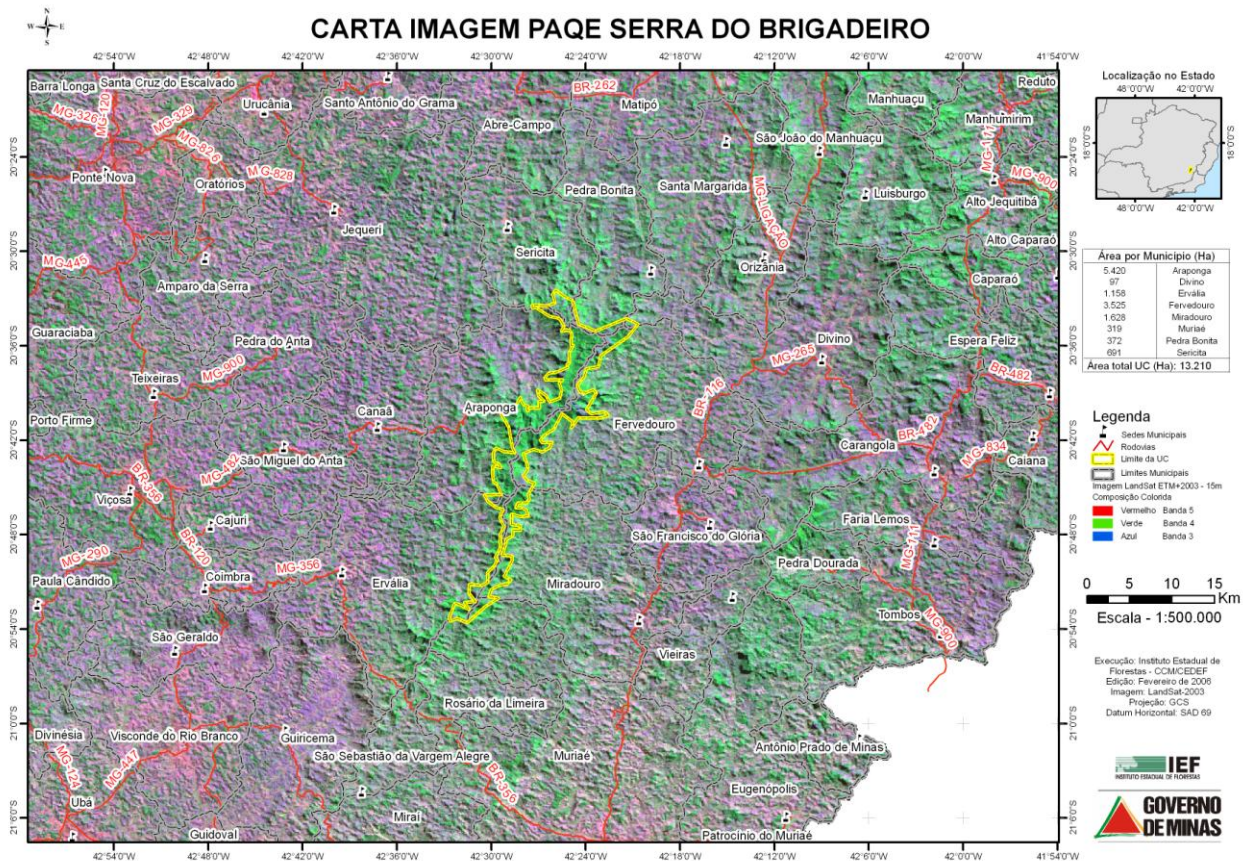
O município teve seu território habitado, posteriormente, por membros de expedições oficiais destinadas à colonização do solo mineiro e por mineradores saídos de Mariana e Ouro Preto. Por volta de 1780, a expedição comandada pelo Capitão Manoel Luiz Branco aportava naquele local onde muitos se fixaram.

O ouro encontrado nas imediações atraiu a atenção de muitos desbravadores no período, porém como afirma ASSIS (2003) não havia ouro em boa quantidade e sua exploração não demorou muito a terminar. Com o fim da busca pelo ouro, outro processo agressivo se inicia na região: a devastação da Mata Atlântica originária da região para a implementação da cultura do café, que no momento era bastante significativa para a economia nacional. CAMPOS (2007) destaca o processo agressivo de desmatamento e exploração do trabalho para a realização dessa tarefa.

A exploração dessa atividade agrícola atraiu grande contingente populacional, e aos poucos o município de Araponga foi tomando a configuração atual. Em 1826, o distrito é criado com a denominação de São Miguel das Almas de Arrepiados, subordinado ao município de Viçosa. Por fim, em 30 de Dezembro de 1962 Araponga é elevada à categoria de cidade (IBGE, 2009).

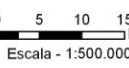
De fato a região se mostra propícia para a cultura cafeeira, favorecida por fatores naturais como temperaturas médias anuais, em torno de 20, 9° C; a média pluviométrica anual de 1500 mm; e o relevo bastante montanhoso (PMDRS, 2001). A imagem abaixo retrata a geomorfologia da região, bem como nos dá uma localização precisa do município.

# CARTA IMAGEM PAQE SERRA DO BRIGADEIRO



Área por Município (Ha)	
5.420	Araponga
97	Divino
1.158	Ervalia
3.525	Fervedouro
1.628	Miradouro
319	Murtae
372	Pedra Bonita
691	Sericita
Área total UC (Ha): 13.210	

- Legenda**
- Sedes Municipais
  - Rodovias
  - Limite da UC
  - Limites Municipais
  - Imagem Landsat ETM+ 2003 - 15m
  - Composição Colorida:
    - Vermelho: Banda 5
    - Verde: Banda 4
    - Azul: Banda 3



Execução: Instituto Estadual de Florestas - CCM/CEDEF  
 Edição: Fevereiro de 2006  
 Imagem: Landsat 2003  
 Projeção: GCS  
 Datum Horizontal: SAD 69



Araponga é o município que tem maior participação em área na composição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (destacado em Amarelo), 41% da área do Parque é território Araponguense (PTDRS, 2004). O clima tropical de altitude propicia boas produções de café. Tamanha aptidão para o cultivo se comprova quando observamos o quadro com a produção no município:

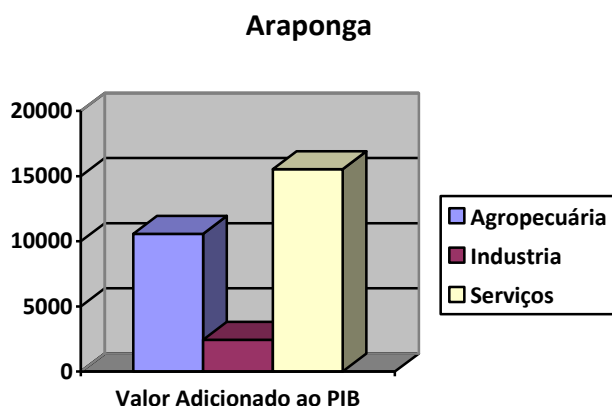
Principais produtos Agrícolas, Araponga- MG (2001)

<b>Produtos</b>	<b>Área (ha)</b>
Café em Formação	125
Café em Produção (beneficiado)	2.887
Milho	270
Feijão 1ª Safra	425
Feijão 2ª Safra	75

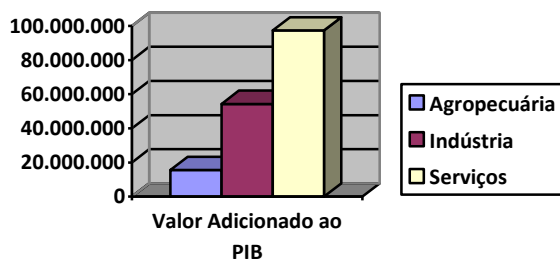
Fonte: PMDRS, 2001. Adaptado

Os resultados mostram que a área total ocupada com café (somando “Café em Formação com “Café em Produção”) é 6 vezes superior à área total de Feijão (somando 1, e 11 vezes superior a de Milho

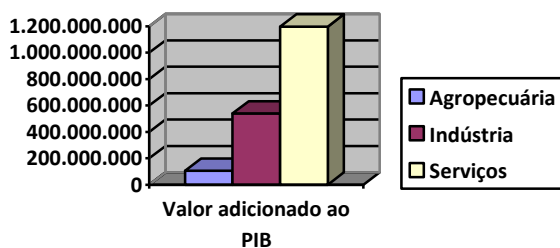
As atividades industriais são bastante incipientes em Araponga, e os 8.029 habitantes têm sua fonte de renda advinda principalmente da agropecuária e dos serviços. Tal afirmação se confirma quando observamos as fontes do PIB na cidade, em comparação com o Estado e o País.



### Minas Gerais



### Brasil



Fonte: IBGE CIDADES, 2009.

O quadro econômico atual do município é construído basicamente sob a agricultura, especificamente na produção de café. Muitos trabalhadores são pagos por dia, outros trocam dias de serviço, e as fontes de emprego formais são poucas. Talvez isso justifique o baixo valor do PIB *per capita* do município, que é de R\$ 3.679,00, um valor bem abaixo das médias Estadual (R\$ 6.214,80) e Nacional (R\$ 7.085,45). (IBGE, dados referentes a 2001).

Esta breve caracterização do município traz a tona alguns elementos importantes para o cumprimento dos objetivos desse trabalho. É fundamental entendermos, ainda que resumidamente, o contexto de formação sócio-espacial do município, para não realizarmos uma leitura destorcida de sua atual conjuntura econômica e social.

Somente a partir daí será possível captar o desenrolar dos processos sociais do município de Araponga. Muitos enfoques de análises já foram realizados sobre o município, inclusive sobre a trajetória do desenvolvimento da Agroecologia. Vários estudos foram realizados sob a ótica agrônoma/ biológica; muitos foram também os estudos sob a ótica sociológica, das relações de parentesco entre os grupos (CAMPOS, 2006), das mudanças na relação de poder no município (MAFRA, 2006; CAMPOS, 2007).

O objetivo desse trabalho não busca contradição com nenhum destes acima mencionados, pelo contrário, surge a partir deles no intuito de compreender o processo de evolução da agroecologia através do conceito geográfico de territorialidade.

Entendemos que esse enfoque importante precisa ser ressaltado, para significar a agroecologia como alternativa não somente à produção de alimentos, ou de relações de parentesco e poder municipal; mas que juntas elas representam uma relação mais profunda e pertencimento a um território autônomo. Relação contraditória à hegemônica no município e no país de forma geral que é de territórios de subordinação e obviamente dependência.

Para chegarmos a este objetivo, torna-se necessário destacar temas importantes como a importância da tradição indígena; a história das organizações sociais em Araponga, bem como as parcerias construídas entre elas; o sonho e os motivos de criação de uma escola voltada para a realidade do campo. Esses serão nossos caminhos agora.

Antes de partirmos à discussão, é preciso esclarecer o uso dos termos “Camponeses” e “Agricultores familiares”. Como já retratamos no capítulo 4; não enxergamos distância entre esses temas em nossa pesquisa. Entendemos que esses agricultores reterritorializados tem em comum elementos como trabalho familiar, ajuda mútua, parceria, entre outros. Esses elementos vão de encontro tanto à fala dos entrevistados quanto aos traços camponeses encontrados na bibliografia utilizada.

## **5.2) Trajetória das Organizações Sociais: Raízes e Parcerias.**



Alguns estudos tratam da questão da presença raiz indígena no município, e os traços são facilmente identificados em muitos habitantes. A valorização da herança indígena é inclusive incorporada pelos entrevistados: *“a minha mãe, como é descendente das índias Puris, então ela tem uma tradição de uma raiz de muitos anos aqui, sabe?”* (Sr. Neném – AEFA).

Assis retrata: “Em Araponga, principalmente na localidade dos Estouros, ainda há uma descendência dos índios Puri, não em aldeia propriamente dita, mas espalhados em cada canto da região e que ainda não assumiram sua identidade” (2003. p. 17).

Apesar deste trabalho não ter a pretensão de abordar a questão indígena no município a consideração pela matriz indígena se torna relevante não apenas pelo que vemos nos rostos das pessoas, mas por uma profunda ligação histórico-cultural, de convívio comunitário, diversidade na produção, uso das ervas medicinais e mesmo nas construções.

A presença da matriz indígena foi grande elemento fortalecedor das ações sociais no município, da organização popular, “Esses desprivilegiados protagonistas das práticas socioculturais Puri não podem ser entendidos uniformemente, mas se unificam ao enfrentar a desigualdade social, a exploração do trabalho e o sistemático combate a sua cultura e saberes populares” (BARBOSA, 2005. p. 18).

Esse fato evidencia que não podemos tratar apenas dos processos sociais atuais, da organização dos trabalhadores rurais sem compreendermos o passado e o legado cultural dos povos.

Somando-se às raízes indígenas, um outro fator de grande importância histórica para o contexto social em Araponga foi a presença das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S); uma ala progressista da Igreja Católica, advinda da Teologia da Libertação, que teve muita importância no despertar da consciência política dos trabalhadores rurais da região. Deus e o padre deixaram de conversar em latim e se voltaram pra questionar e buscar soluções do cotidiano das pessoas.

*Coisa diferente agente já pensava, que a CEB (Comunidades Eclesiais de Base) eu falo que ela desperta, ela acorda as pessoas a sonhar pelo menos. Então aí agente já discutia /sindicato já discutia... A EFA também, em 1990 se não me falha a memória já apareceu alguém aqui falando da EFA aqui, que foi encaminhado pelo Arcebispo Dom Luciano, então ele viu falar disso por aí, não sei onde, né?* (Sr. Neném – Agricultor/ STR/ AEFA).

Um outro braço de extrema importância foi o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM); Organização Não governamental criada em 1987 por agricultores, estudantes e técnicos da região da Zona da Mata, com o objetivo de estimular a agroecologia entre os/as trabalhadores/as rurais, (que eram os que mais sofriam (e sofrem) com o processo de contaminação por agrotóxicos e exploração do trabalho) na tentativa de criar cenários alternativos aos hegemônicos.

*... agente pensava em caminhar, mas agente sentia quase que amarrado. O CTA trouxe pra gente uma esperança maior, até mesmo, quase que, técnica, por exemplo, da gente trabalhar em qualquer terra, agente hoje com as experiências que o CTA repassa, agente já conseguiu. (Sr. Bibim – agricultor/ STR/AEFA).*

Segundo NAVES (2006), A proposta agroecológica como eixo importante do acesso à terra trouxe alternativas para os processos produtivos e relações sociais, reduzindo a dependência externa. A terra passou a ser vista como um espaço, uma condição para a experimentação, para a inovação, contribuindo para estimular a autonomia dos agricultores.

Assim, alimentados pelas discussões de Sindicato, Igreja e CTA, os agricultores de Araponga se engajaram na construção de novas realidades, tanto dentro das propriedades quanto nos espaços coletivos. Coincidência ou não, uma das primeiras ações significativas ocorreu em 1996 CEPA (Comunidade Educacional Popular Agrícola) na cidade de Viçosa. A escola funcionava em um terreno pertencente à Igreja, e apesar de ter a associação mantenedora constituída principalmente por Arapongueses, as decisões mais importantes sempre deviam passar pelo aval dos religiosos.

As intenções eram criar espaços de ensino-aprendizagem condizentes com a realidade do espaço rural; dar significado à vida no campo, aliando o cotidiano vivido com os conteúdos das diversas áreas do conhecimento. De acordo com os entrevistados, os objetivos eram diversos, mas sempre tinham como eixo a valorização do rural como espaço de vida social e liberdade:

*A primeira coisa acho que é uma maneira de desenraizar, então acho que a pessoa da roça ir pra cidade estudar, acho que ela vai ficar sem raiz... e é muito passada essa ideologia do emprego, nas escolas formais todo mundo fala do emprego, dificilmente fala da....libertação, do cara tocar a vida por conta própria, então...e na agricultura é diferente, o cara tem que aprender a tocar a vida por conta dele. Agente não vai prender ninguém de ser empregado ou ser patrão no futuro mas que pelo menos, ele seja livre pra pensar. (Sr. Neném – Agricultor/ AEFA).*

*Então agente vê que o caminho é uma EFA onde ele vai formar, e vai ser um cidadão, formado e capacitado, né? Mais até que uma outra escola qualquer, e ele pode permanecer na comunidade dele junto com a família (...) e vai evitar ele de ir lá pras grandes cidades, fazer mais inchaço nas cidades... ( Cosme Damião – Agricultor/ STR/ AEFA)*

Posteriormente sucederam conflitos com a Igreja (que segundo os entrevistados não era mais a mesma depois da morte de D. Luciano) e a escola não foi à frente. Ainda que o desejo continuasse vivo nos agricultores, as atividades escolares se encerraram em três anos: *“e aí fechou essa escola [CEPA], e não morreu. Como diz o ditado, nós ainda conseguimos uma que agente mesmo vai ter poder de decidir as coisas”* (Neide - Agricultora / STR/ AEFA)

Concomitante a isso, diversas ações importantes aconteciam em Araponga, como a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), em 1989. Fundado com objetivo de unir as forças dos agricultores do município, o STR de Araponga desenvolveu vários trabalhos ao longo de sua caminhada e teve também conquistas significativas;

*Quando falava com agente de estatuto, quem é que sabia pelo menos o que quer dizer estatuto? Quer dizer, o povo tudo analfabeto, semi-analfabeto, ninguém tinha noção de nada, pra poder encontrar onde tinha que registrar uma ata, ninguém tinha... então o pessoal inteiramente sem conhecimento. Acho que uma das missões foi e continua sendo, o Sindicato e todas as organizações Sociais é capacitar pessoas também pra conduzir as coisas, porque na medida que o mundo vai evoluindo, se ficar todo mundo também sem saber pelo menos aonde busca informação...quer dizer...agente vai ficando perdido. (Sr. Neném – Agricultor/ AEFA).*

Para além das questões de documentação e aquisição dos direitos dos trabalhadores, possivelmente, o mais significativo dos avanços do STR – Araponga tenha sido a questão do acesso à terra, num processo denominado pelos agricultores de “Conquista de Terras em Conjunto”. Ocorreu por necessidade dos agricultores, consequência da busca incessante por um pedaço de terra próprio, pois Araponga (assim como o resto do país) apresentava uma forte concentração fundiária.

*Olha, pra gente a primeira esperança disso é a libertação, sabe? E baseou um pouco na Teologia da Libertação, história aí... da terra, baseada na Bíblia, por exemplo, agente leu Zumbi, Antonio Conselheiro, que é o Canudos que eles falam na Bahia, leu sobre a Reforma Agrária do Governo, do MST, e agente tentou de acordo com a nossa realidade ver o que poderia dar certo (...) porque o pedaço de terra, ele dá condição da pessoa pensar e agir, então ele tem liberdade(...) o agricultor sem terra pra mim é que nem passarinho sem asa, ele não tem como voar não. (Sr. Neném – Agricultor/AEFA)*

*Eu pra mim mudou muito... tem uma coisa que mudou, que muda muito na vida do agricultor quando ele trabalha de meeiro, né? Lá nas fazenda, quando ele sai de lá e vem pra terra dele muda tudo...a liberdade do cara é outra coisa. Que lá na fazenda lá...sempre ele tem às vezes uma vontade de fazer umas coisas, mas o patrão nunca que aceita, né? ( Cosme Damião – Agricultor/ STR/ AEFA)*

*Hoje não só as organizações, mas também os órgãos públicos... e outras pessoas têm colocado isso de uma forma muito positiva (...) porque dá liberdade a todos aqueles que acessaram à terra, ele tem a liberdade de trabalhar o solo da forma que ele considera que está sendo razoável. E com isso, se tornou as pessoas independentes, tá certo? (...) e um outro lado que trouxe também é que várias famílias que acessaram a terra tem buscado uma forma de trabalhar em conjunto, de uma certa forma coletiva(...) e através disso faz com que essas famílias também vão buscando outras formas de...sobrevivência e buscando outras formas de se organizar ( Romualdo – Técnico CTA).*

Assim, organizados os sindicalizados encontraram uma saída interessante ao se juntarem pra comprar pedaços de terras que sozinhos não teriam condições de adquirir. De acordo com as entrevistas realizadas, no mês de Maio 1989 foi feita a primeira compra de terras em conjunto;

*E já tinha acontecido antes, nos anos 70 uma conquista entre irmãos né? Que funcionou entre irmãos, mas, porém não foi divulgada, então algumas pessoas falaram dessa vontade de adquirir uma propriedade e começaram a buscar a fundo né? entender como é que era a história do MST, de Canudos, de outros né? que queriam essa liberdade, como que era isso? Então... eles começaram a se inspirar nessa conquista do grupo dos irmãos , que foi pra beneficiar um dos irmãos, mas que acabou passando isso pra um grupo (Maria Rosânia – Agricultora e Secretária da EFA).*

O início da trajetória é em nível familiar, onde três irmãos iniciaram com a estratégia, que depois de avaliação positiva se expandiu para outras famílias, posteriormente passou a ser gerenciada pelo STR; que possui uma “Comissão dos Sem Terra” onde são avaliadas as famílias que desejam adquirir um pedaço de terra. Toda a trajetória das conquistas, bem como os laços de parentesco entre as famílias que acessaram as terras estão bem detalhadas na dissertação de CAMPOS (2006).

A difusão das práticas agroecológicas ao longo do tempo através dos trabalhos do CTA e STR, se refletiu na construção de um importante documento entre 1994 e 1995: os Dez Mandamentos da Conquista de Terras (Anexo I). Nesse documento, procurou-se estabelecer critérios para o acesso e uso da propriedade adquirida, evitando incoerências e possíveis contratempus. Nesses mandamentos CAMPOS e FERRARI (2008) identificam três temáticas centrais, onde a primeira aborda um conjunto de postulados morais na busca de padrões éticos de convivência comunitária; a segunda trata de procedimentos de conduta comunitária; e por fim faz-se presente as temáticas de gênero e meio ambiente.

As parcerias construídas pelo STR de Araponga (principalmente com o CTA-ZM) foram fundamentais para a evolução de sua trajetória. CAMPOS (2006) ressalta que em 1997, um representante da Fundação Ford, em visita aos projetos do CTA, aconselhou a ONG a incluir em seu projeto à Fundação, recursos a serem destinados a criação de um Fundo de Crédito Rotativo para a conquista de terras, e que fosse gerenciado pelo STR.

O projeto foi aprovado em 1998 e o STR - Araponga recebeu duas parcelas de U\$ 15.000,00, que foram revertidas para o fundo e totalizaram, na época, R\$ 45.000,00. No Fundo de Crédito Rotativo para o acesso à terra, o valor pego em empréstimo era pago com os produtos colhidos na própria terra (Café, Milho, Feijão, Gado entre outros); e isso possibilitava abertura de crédito a novas aquisições, e assim continua até hoje. Esse financiamento foi extremamente importante para os agricultores - que em sua maioria eram meeiros - conseguissem um prazo para quitar sua dívida.

*Eu morava nos Estouros [Comunidade Rural de Araponga], né? Daí pra cá eu casei, aí não tive muita oportunidade de tá acompanhando mais, porque veio dificuldade, morando na cidade pior ainda (...) aí eu fiquei cinco anos lá em Araponga, mas sempre querendo comprar um pedaço de terra na roça (...) mas eu sempre saindo e trabalhando na roça (...) Até que encontrou essa área aqui no Novo Horizonte (...) aí na época o que eu tinha era só a casinha na rua, e a área aqui foi vendida no valor de R\$ 4.000,00 cada 3 hectares. E eu vendi a casa na época por R\$4.000,00... se eu comprasse a área de terra o dinheiro era a conta de pagar, né? E eu tinha que mudar também (...) aí só tem que nós entramos, tinha o Fundo Rotativo que na época ajudava com uma contrapartida, aí ele entrou com R\$ 2.000,00 e eu tirei dois da casa e compramos os três hectares, e com R\$ 3.000,00 eu fiz a casa assim, mas ficou sem acabamento, entramos aqui com ela tampada e fechada”.( João Batista – Agricultor e Presidente da AEFA)*

Com o passar dos anos e a difusão desse mecanismo, muitos agricultores conseguiram ser proprietários de suas terras, e libertar-se da exploração dos fazendeiros. Pois a situação era bastante desfavorável ao campesinato, como se observa na tabela abaixo:

Estabelecimentos Rurais em Araponga- MG:

<b>Tamanho das Propriedades</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Menores de 10 ha.	263	1215	5,8
De 10 a menos de 50 há	281	6626	32,0
De 50 a menos de 100 há	45	3082	14,9
De 100 a menos de 200 há	30	4096	19,6
De 200 a menos de 500 ha.	12	3538	17,1
De 500 a menos de 1000 há	3	2208	10,6
<b>Total</b>	<b>634</b>	<b>20738</b>	<b>100</b>

Fonte : IBGE,1996.

Como se vê, as propriedades com até 50 ha somadas são 544 e representam 85,80% do total , porém a área que ocupam não chega a 38% do total. Enquanto as propriedades com área superior a 50 ha somadas são 90 e representam 14,20% do total, porém sua área chega a ocupar 62 % do total. É possível concluir daí a desigualdade social e as relações de poder então estabelecidas.

Hoje, de acordo com dados do STR-Araponga de 2008, 174 famílias tiveram acesso a terra, ocupando área superior a 600 hectares. O quadro a seguir nos mostra a distribuição dessas terras conquistadas :

Propriedades Conquistadas em Araponga - MG

TAMANHO	NÚMERO	ÁREA(Ha)	%
De 1 a 5 ha	78	197,90	39,8
De 5 a 10 ha	21	151,20	30,5
De 10 a 15 ha	10	132,40	26,4
De 15 a 20 ha	1	16,50	3,3
TOTAL	110	498,00	100

Fonte : STR e CAMPOS (2006).

Se observarmos atentamente o quadro acima, veremos que a maioria das terras adquiridas foram divididas em propriedades de até 10ha. Juntas, representavam 70,3 % da área total e 90% do número de propriedades. Se compararmos essas áreas conquistadas com até 10 ha com o total estabelecimentos do mesmo tamanho estimada pelo IBGE na tabela anterior, chegamos a uma razão de 20, 5% das propriedades de até 10 ha conquistadas pelo processo de “Conquista de Terras em Conjunto”.

Apesar de não ser um valor real, pois os dados dos dois levantamentos tem 10 anos de diferença; tal fato explicita uma mudança significativa não apenas na distribuição das terras do município como nas relações sociais e de trabalho, pois “quando ele consegue a terra dele a mudança é total, porque, eu até já falei isso, agente planta e arranca o dia que quer né?” (Cosme Damião – Agricultor/ STR/ AEFA).

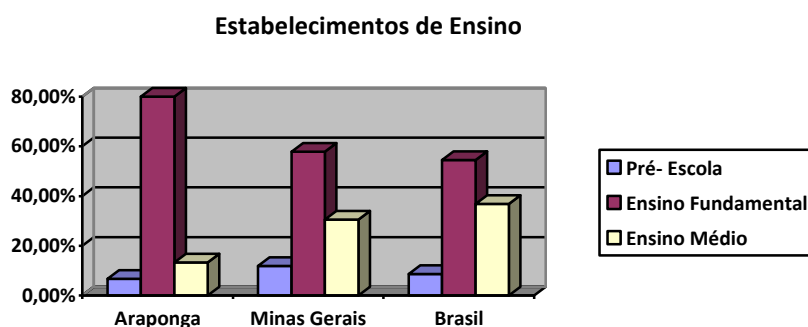
*Essas pessoas naquela época que adquiriram suas propriedades nessa época sentiram uma liberdade tão grande, né? De poder plantar na sua propriedade, colher sem ter alguém pra ficar mandando, né? Ter que dividir a produção... e isso foi uma coisa assim de início muito perseguida, porque os grandes, principalmente a parte política mesmo do município não aceitava esse tipo de organização aqui, não aceitavam nem ter sindicato, nem de qualquer tipo de movimento que fosse ligado à agricultura era perseguido... então por ter havido essa perseguição parece que ao invés de reprimir, essa conquista se expandiu (Maria Rosânia – Agricultora e Secretária da EFA).*

O CTA-ZM – que teve membros do STR de Araponga em sua fundação – foi e continua sendo um forte parceiro, e atuou não somente com o grupo específico do STR, mas também com o poder público municipal. Além dos diversos trabalhos prestados de acessoria técnica; o CTA buscava também contribuir com os processos organizativos, assessorado também o trabalho de criação de associações, cooperativas e demais organizações.

Dentro de todo esse contexto de atividades, uma delas aconteceu em Araponga no ano de 2001 e teve grande importância pra dinamização das atividades no município, que foi o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), realizado numa parceria entre CTA e prefeitura de Araponga, “e aí nós propusemos então fazer um diagnóstico no município, pra fazer esse levantamento de “o quê que a população pensava, que a população priorizava”...as ações que a administração pudesse contribuir com o limitante” ( Romualdo – Técnico CTA / STR)

A partir da leitura e análise desse material (PMDRS, 2001. p. 16) é possível interpretar os anseios da população rural de araponga naquele momento, como:

- \* “Falta extensão das séries nas escolas rurais que só atendem nas quatro séries iniciais do ensino fundamental”;
- \* “Falta de uma educação que responda às necessidades do povo”;
- \* “Falta de escolas nas comunidades mais distantes”;
- \* “As crianças saem cedo de casa para estudar e chegam tarde”.



Fonte: IBGE CIDADES, 2009.



De fato, algumas necessidades se comprovam, quando observamos a situação no que diz respeito às escolas do ensino médio, Araponga está bem abaixo das médias Estadual e Nacional. Diante de todos os problemas apresentados, foram construídas propostas para o Município em vários setores, algumas foram bem específicas, como foi o caso dos princípios definidos para a Educação em Araponga:

\* “O ensino deve ser voltado para a realidade local e incluir a questão ambiental” (PMDRS, 2001. p. 23).

E nas propostas determinadas para todos os parceiros saiu a sugestão de “Criação de uma Escola Família Agrícola” (PMDRS, 2001. p. 24)

Segundo os entrevistados, essa temática apareceu no diagnóstico em várias comunidades do município pois fazia parte de uma realidade frequente, do descaso com a educação e da perda de afinidade com o campo:

*Porque os pais estavam sentindo isso e a juventude também estava percebendo isso, que os jovens estudavam até a quarta série, mas a partir da quarta série eles não tinham muita perspectiva, tinham que vim pra cidade, tá? E ali a influência pra ele ir mais pra frente, pra outras cidades maiores era maior, mas voltar pra roça... os pais estavam ficando muito isolados ( Romualdo – Técnico CTA / STR).*

*Hoje ou nós adequa uma educação com a nossa realidade, ou agente vai ter conforme eu falo uma alimentação que não alimenta uma medicina que não cura e agora também uma escola que não ensina. Porque eu vejo nos livros de 1ª série dos meus meninos... e é só história da cidade: O meu bairro, minha rua e outras coisas do tipo, entende? E não tem nada sobre a roça, minha comunidade, a lavoura do meu pai, o porco, essas coisas....então é muito desligado.” ( Paulo Amaral – Agricultor/ STR)*

### 5.3) EFA PURIS : A Territorialidade da Agroecologia pela via da Educação.

A partir desse diagnóstico, que revelou os anseios de muitos pais e jovens por uma educação diferenciada, a proposta da Escola Família Agrícola é retomada em 2002 quando a Associação de Viçosa é transferida para Araponga, e assim iniciam-se as atividades da Associação da Escola Família Agrícola (AEFA) – Puris de Araponga; com muitos membros que compunham a antiga associação de Viçosa. Porém, os membros já tinham a experiência adquirida em Viçosa, e buscaram não cometer os mesmos erros do passado.

No desenrolar da história os caminhos se cruzaram, e foi numa das mais recentes aquisições, em 2001, em que foi comprada a maior propriedade até o momento, com uma área de aproximadamente 82 hectares. O terreno que antes pertencia a um dono foi redividido e se transformou em 29 propriedades:

*Aqui quando foi comprada tinha apenas uma casa, aqui tinha uma família, hoje tem 14 casas com pessoas morando, fora as outras casas que tem aí que a pessoa vem, trabalha e volta, então assim, trouxe um crescimento muito grande pra comunidade (Maria Rosânia – Agricultora e Secretária da EFA).*

Durante a negociação da compra da área, os compradores firmaram um acordo de maneira que cada comprador cederia um pedaço de terra para a construção da tão sonhada escola. Evidenciando como a ausência da propriedade da terra causa limitações não só para os agricultores, mas também para a gestão autônoma da escola por uma associação, assim:

*Depois de tantas experiências que agente teve, inclusive com os “quebracera”, até mesmo a desilusão com o próprio pessoal da Igreja, porque foi trazido pelo Bispo, mas na verdade a própria Igreja pra nós foi desilusão... também com os poderes públicos que deveriam propor e abraçar, agente pensou em aqui, nas conquistas de terra comprar um terreno já destinado a criar essa proposta. Quer dizer, já tiramos um pedaço pra criar essa escola família, mas agente queria uma escola com a nossa cara, não é com a cara do Bispo, não é com cara do padre, não é com a cara do prefeito... com a nossa cara (Sr. Neném – Agricultor/ AEFA).*

Dessa maneira, foram doados três hectares, pensados para sede da escola e áreas experimentais. Esse fato configura um processo bastante singular, pois apesar de um Estado ausente das preocupações com a Educação do Campo, os agricultores se organizam e doam o pouco que tem; evidenciando a preocupação com a territorialização da agricultura camponesa, almejando o desenvolvimento da agroecologia.

*Com a vinda do CTA que foi junto com essas organizações, com a Conquista de Terras, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, essa preocupação com o meio ambiente isso foi se alastrando e se incorporando com as famílias que acessavam suas terras (...) mas como a escola, ela foi criada através desse grupo de agricultores e agricultoras que pensam de uma forma diferente, a EFA foi construída em cima de um pilar importantíssimo que é a questão da agroecologia (Romualdo – Técnico CTA / STR)*

Esse pilar da agroecologia como foi dito representa uma iniciativa transformadora, que vai além da questão especificamente produtiva e manifesta em muitas esferas, abarcando o uso de práticas agroecológicas dentro da propriedade, assim como na frequência dos filhos à escola, na participação em movimentos sociais, nas reuniões do sindicato, na realização de cursos, na construção da casa própria e na qualidade dos alimentos produzidos e consumidos na família. (CAMPOS e FERRARI, 2008)

Como reflexo da caminhada dos trabalhadores rurais organizados em Araponga, e de suas parcerias construídas, as atividades da EFA Puris iniciam-se em 2008. É enquadrada na categoria de escola Comunitária, dentro do contexto das escolas privadas, e por isso os recursos públicos para infra-estrutura e custeio foram muito difíceis.

As possibilidades se expandiram com a criação do Território Rural da Serra do Brigadeiro, envolvendo nove cidades em torno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. FERRARI (2008) produz um profundo estudo sobre a criação e as problemáticas atuais da participação social no colegiado do território, que está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do desenvolvimento Agrário.

Foi das disputas nos conselhos deste Território Rural que vieram as verbas para infra-estrutura da escola. Mesmo não tendo o prédio da escola pronto, após dias de mutirão, a escola inicia em 2008 na casa de um agricultor, numa propriedade pertencente à primeira conquista de terras oficial (excluindo aquela que aconteceu entre os três irmãos). Este fato é interessante para exemplificar a importância que a conquista de terras e a organização dos agricultores tiveram para o funcionamento da EFA, e aponta para mais um dos traços do campesinato (ajuda mútua) levantados por Oliveira, expostos no Capítulo 4.

Muitas diretrizes de trabalho não são específicos de Araponga, pois existem 146 EFA's no Brasil, em Minas Gerais são 16. Elas vem de políticas e fóruns de discussão sobre Educação do Campo no Brasil, e da experiência de outras EFA's no estado e no país. Todavia, o funcionamento em Alternância (onde os educandos alternam entre 15 dias em suas casas e 15 dias de internato na EFA) sintonizou-se muito bem aos problemas levantados pela população Araponguense no PMDRS.

No Plano de Formação da EFA Puris, construído entre AEFA e parceiros, entre outras decisões, foram escolhidos os temas dos Planos de Estudos dos Jovens (ANEXO II). Instrumentos da pedagogia da alternância, os planos de estudos são temas que os educandos levam como pesquisa para suas casas e que posteriormente são trabalhados em sala de aula, sempre na busca de trazer a tona a realidade local para posteriormente discutir problemas gerais.

Cumprem a função de dar sentido à realidade local, de levar o cotidiano dos jovens para dentro da sala de aula e mostrar que suas vidas estão a todo momento relacionadas com as disciplinas, seja das ciências exatas, biológicas ou humanas.

Os Planos de Estudo da EFA PURIS evidenciam a preocupação com o nível regional( desde as comunidades rurais em que cada estudante vive até os municípios próximos a Araponga); e ela se manifesta nos mais diferentes temas, sejam eles voltados para os conhecimentos em agropecuária, sejam eles voltados para as questões sociais e organizativas. Nesse sentido, a formação agroecológica proposta pela escola contempla a concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável proposto por SEVILLA - GUSMAN.

A partir da observação da comunidade (ANEXO IV) é possível identificar as transformações na paisagem. Este fato nos mostra que o objetivo da formação agroecológica contempla outros processos organizativos, através de uma escola que se preocupe com a formação dos jovens do campo, configurando lógicas diferentes no que diz respeito à propriedade da terra, e conseqüente territorialização de um modo de vida camponês:

*Olha, nosso município é lotado de organizações, de forma que uma vai puxando a outra... e a escola é como se fosse mais um complemento dessas organizações, né? Ela é parte desse conjunto, né? Porque ela vai estar, por exemplo, preparando um técnico que ele pode tá assessorado a AFA, que é a Associação dos Agricultores, então pensando numa melhor produção no campo, beneficiamento... o Sindicato seria às vezes numa parte mais de documentação, mas ele tem todo esse perfil de ligação mesmo, porque a escola ela na verdade não é ela sozinha, ela é um elo dessas organizações (Maria Rosânia – Agricultora e Secretária da EFA).*

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Terra e liberdade continuam sendo postas em pauta de reivindicação das diversas organizações sociais espalhadas pelo país. Em contrapartida a isso, a atual situação de concentração de renda, poder e terras não é algo simples e fácil de se quebrar; pelo contrário, a manutenção das relações sociais desiguais é uma constante para aqueles que detem o poder nas diversas escalas de interpretação.

Na escala local do município de Araponga, observamos através dos relatos que os caminhos da libertação foram percorridos sempre na adversidade. Assim aconteceu com o STR - Araponga, cujos fundadores além de reprimidos e discriminados foram obrigados a suportar o peso do enfrentamento com os poderosos.

Porém resistiram, e devido a sua união e a capacidade de construir parcerias obtiveram grande avanço. Um deles foi a alteração no quadro de concentração de renda no município, tendo conquistado 600 ha, que em sua maioria se transformaram em propriedades de até 10 ha. A “Conquista de Terras em Conjunto”, sob a perspectiva geográfica reflete a territorialização do campesinato no município, rompendo os ranços de dependência e subalternidade construídos em cima da propriedade da terra, Assim:

A invisibilidade e o silenciamento seculares que sombreiam e delimitam a ausência produzida daquelas pessoas determinadas, daquele território específico, já não conseguem cobrir uma realidade e uma memória social que teimam em resistir à uniformidade cultural imposta pela dominação histórica colonial. Hoje, essa colonialidade paciente, perseverante e resiliente exige espaço para construir uma outra realidade possível, um *inédito-viável*(...). (BARBOSA, 2005. P. 28)

Os entrevistados em maneira geral relatam como trabalhar a agroecologia se torna mais fácil quando se é dono da terra: “Então quando você compra um pedaço de terra, que é seu, você vai analisar qual o lugar que é melhor pra plantar, e não onde pode ou não pode.” (Neide - Agricultora / STR/ AEFA). Assim, o avanço das conquistas potencializou também que os agricultores se libertassem dos agrotóxicos e da monocultura, buscando alternativas ecológicas de manejo das culturas e diversificação da produção, visto que ela ia em primeiro lugar para suas mesas.

A partir desta constatação é que temos comprovado o fato de o par Conquistas de Terras e Agroecologia terem caminhado para a construção de territorialidades no município. Pois cada conquista favorecia outras, e a terra conquistada virava sinônimo de liberdade de produção, de diversificação, mas também de libertação da opressão.

Quando falamos em territorialidade, ou qualquer outro conceito que recorra ao território, estamos sempre tratando de relações poder, ainda que não seja o exercido pela força física, ou pelos aparatos jurídicos. Como ressalta MAFRA (2006) a terra mediava relações de dominação, portanto, não se trata apenas substituir um trabalhador, mas de admitir a perda de controle sobre uma família, um grupo, não apenas no espaço da produção, mas também na comercialização e na política, por exemplo.

Após um certo número de conquistas já realizadas foi possível trazer a tona a discussão sobre a educação. Como na questão do acesso à terra os agricultores já caminhavam bem, a preocupação com o futuro dos filhos, com a educação toma espaço nas discussões. Apesar disso, a compreensão dessa ligação entre Conquista de Terras e EFA Puris não existe em todos os envolvidos, esse conflito foi inclusive evidenciado nas entrevistas:

*“Muitas vezes nem os que conquistam a terra tem a Efa como uma conquista, e muitas vezes nem a conquista tem a Efa como uma coisa boa, sabe? Então acho que isso aí é um espaço que deveria os conquistados ou os que conquistaram passar a entender a Efa ou a Efa passar a entender os conquistados, porque pelo que agente observa tem ainda um duelo para ser desembrilhado, parece que tem aí uma certa vizinhança com alguns muros, sabe? Não todos não, mas tem alguns muros”. (Vicente - Agricultor/ STR/ CMDRS).*

Apesar de não ser consenso a todos os atores sociais; sob olhar geográfico esse processo é extremamente importante, pois evidencia que primeiramente foi preciso acontecer um processo de territorialização através do acesso à terra. Com o decorrer dos anos e a expansão da territorialização e da agroecologia, a questão da identidade territorial passou a assumir papel importante dentro das organizações sociais no município; pois agora buscavam superar obstáculos por outras vias.

Muitas lutas, doações e decepções no caminho, até que em 2008 a EFA Puris inicia suas atividades. Mais do que uma escola voltada para a educação do campo, traz em si um conteúdo de ampliação da territorialidade da agricultura familiar na região, refletindo sobre a realidade local, buscando potencializar as organizações, enfim, criando mecanismos para que o enfrentamento das adversidade perpetue com novos atores, os jovens educandos.

As reações adversas ao início do funcionamento da escola refletem esse fato, de alteração das relações de poder, novamente é importante ressaltar o conhecimento (e principalmente a falta dele) como um grande instrumento da realização e manutenção do poder, por isso:

*Tem coisas que, pra alguns, a escola pode parecer um tropeço, um estorvo, sei lá uma coisa que vai mexer com a vida do cabôco, mas mexeu! E pra outros é uma abertura, uma felicidade muito grande... então de qualquer maneira ela mudou porque ela mexeu com o sentimento da comunidade, uns pra dizer bem, outros pra dizer mal, mas que mexeu, mexeu! Mexeu com o município, mexeu com a região inteira. (Sr. Neném – Agricultor/ AEFA).*

Portanto, só é possível compreendermos a trajetória das organizações dos agricultores familiares em Araponga considerando todo o histórico de conflitos, concretos e ideológicos, que por um lado impuseram limitações e por outro impulsionaram o desejo de construção de novas realidades. A autonomia não se faz presente apenas dentro das propriedades conquistadas, mas cria relações de vizinhança, amplia os laços comunitários e o sentimento de pertença a um território.

Tantos avanços possibilitaram que os agricultores e agricultoras focassem suas intenções em uma educação que busca a territorialidade do saber agroecológico, que capta os problemas e as boas experiências da região, incentivando a continuidade das lutas, dos enfrentamentos e dos avanços.

Trata-se de uma história de mais de vinte anos, e obviamente as tensões perpetuam, mas talvez tenha sido justamente a adversidade que motivou a busca de novos caminhos, assim

*[...]pelo menos as sementes estão lançadas, né? Acho que, pra ter uma boa árvore você tem que plantar, você tem que pôr esterco, irrigar, né? Tá sempre cuidando né? Mas eu acho que... é o começo. Que o sonho da gente começa a se concretizar, tá começando. E tá aqui no ponto certo né? A juventude, aonde tem a força de mudança (Maria Rosânia – Agricultora e Secretária da EFA).*



## 7. CONCLUSÃO

Araponga é um município pequeno, de pouco mais de 8.000 habitantes, todavia fatos curiosos de desenvolveram ali ao longo da história recente, principalmente no espaço rural, onde vive grande maioria da população.

Agricultores organizados construíram uma forma de resistência e enfrentamento às desigualdades existentes, a primeira delas foi o processo de Conquista de Terras em Conjunto. Com esse processo, contrariaram a lógica imposta ao campesinato brasileiro, apesar de um Estado alheio a essas preocupações. De parceiros, arrendatários, meeiros passaram a condição de proprietários de pequenas parcelas de terras ( em sua maioria até 10 ha), ali redescobriram um sentimento de libertação, e passaram a buscar uma produção diversificada e livre de agrotóxicos. Para esse processo, as parcerias que construíram foram fundamentais, com destaque ao CTA-ZM, que orientou as ações não apenas no sentido da produção, mas também da organização, da criação de cooperativas, associações, entre outras.

O território do exercício do poder e da subjugação foi cedendo espaço a território de autonomia, da criação e do envolvimento comunitário. Somente quando isso tomou certa proporção é que outras instâncias em que se impunham o poder - como a do saber - passaram a ser encaradas como obstáculos a serem superados. Não era momento mais de ter os filhos semi-analfabetos ou com estudo totalmente descontextualizado. O momento era de expandir a identidade e o pertencimento àqueles territórios conquistados, entender os processos mais à fundo, mas partindo da realidade local: as nascentes, os córregos, o solo, a produção, a organização.

A territorialidade se reforça nesses processos, resgata-se então a proposta de educação diferenciada, através da Escola Família Agrícola; com seu funcionamento em alternância, que problematiza a realidade local e visa a formação de ensino médio integrado ao curso técnico em agropecuária. Sairão ao fim de 2010 técnicos em Agropecuária com ênfase na formação agroecológica, que terão a complexa tarefa de recriar o saber que foi destruído pelo modelo da revolução verde e de impulsionar a liberdade de homens e mulheres do campo. A assessoria técnica em relação ao manejo dos solos, das plantas e animais, bem como da gestão das cooperativas e associações podem suprir as grandes demandas das organizações atualmente.

O horizonte é promissor, mas nada pode ser comprovado, visto que restam quase dois anos para que se forme a primeira turma; escancara-se então a incompletude

do presente trabalho, pois ele capta as intenções, as lutas, e os processos que culminaram na criação da EFA, mas não dá conta de responder se os objetivos propostos pela escola serão cumpridos.

Todavia, a tarefa se valoriza justamente porque capta as alterações, e revela que uma escola situada numa área de Conquista de Terras é muito mais do que um objeto no espaço; mas, como observamos no Anexo IV, a materialização de territorialidades historicamente almejadas e construídas através da organização, do trabalho coletivo, do horizonte da libertação e de sua reprodução social enquanto agricultores.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Texto para Discussão nº 702 - IPEA - Rio de Janeiro. 2000.

ANDRADE, Manuel C. A Questão do Território no Brasil. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAPONGA. Prefeitura Municipal. Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável. 2001. 47p.

ASSIS, Geraldo Gonçalves de. Conhecer Araponga. Araponga, 2003. 275 p.

BARBOSA, Willer A. Cultura Puri e Educação Popular no município de Araponga-Minas Gerais: Duzentos anos de Solidão em Defesa da Vida e do Meio Ambiente. 234 p. Tese [Doutorado em Educação] Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BEDIM, Bruno P. Perspectivas Conceituais na Controvérsia da Abstração: O Lugar Histórico do Camponês no Mundo Moderno. In: GEOGRAFIAS, vol.3, nº 2. jul./dez de 2007.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: O território na Geografia. IN: SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre D.; SAQUET, Marcos A. Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. (p.67-86).

CAMPOS, Alessandra B. F. Conquistas de Terra em Conjunto; Caminho(s) e Limites para o Desenvolvimento como Liberdade. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento das Artes e Humanas, Universidade Federal de Viçosa, 2007.

CAMPOS, Ana P. T. Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga-MG. 102p. Dissertação [Mestrado em Extensão Rural] Departamento de Economia Rural. UFV, Viçosa. 2006.

CAMPOS, Ana P.T. ; FERRARI, Eugênio A. A Conquista de Terras em Conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia. IN: REVISTA AGRICULTURAS. vol.5, nº 4. Dez. 2008. (p. 8- 12).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CARA, Roberto B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's.). Território: Globalização e Fragmentação 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.(p. 261-269).

CHONCHOL, Jaques. Paysans a venir - Les societes rurales du Tiers Monde, Paris, La Decouverte, 1986.

ECHEVERRI, Rafael. Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: Visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília: IICA, 2005.

FERNANDES, B. M. . Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida. (Org.). Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 39-66.

FERRARI, Clara T. Desenvolvimento territorial: olhares geográficos para a construção de territorialidades alternativas. Um estudo a partir do Territorio Rural da Serra do Brigadeiro. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento das Artes e Humanas, Universidade Federal de Viçosa, 2008.

HAESBAERT. Rogério. Des-Territorializacao e Identidade: A Rede Gaucha No Nordeste. NITEROI: EdUFF, 1997.

IBGE CIDADES. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 24 de Março de 2009.

IEF. Instituto Estadual de Florestas. Disponível em: [http://ief.mg.gov.br/stories/brigadeiro/brigadeiro\\_localizacao.pdf](http://ief.mg.gov.br/stories/brigadeiro/brigadeiro_localizacao.pdf). Acesso em 24 de Março de 2009

JONES, Alberto S. A Política Fundiária do Regime Militar: Legitimação Privilegiada e Grilagem Especializada (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra). 0 p. Tese (Doutorado em Sociologia )Universidade de São Paulo, São Paulo,1997.

LAMARCHE, Hugues. A Agricultura Familiar. Cooperação Internacional. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LEFF, Henrique. Agroecologia e saber ambiental. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. (p. 36 – 51)

LUZZI, Nilza. O debate agroecológico no Brasil: Um debate a partir dos diferentes atores sociais. 182p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

MAFRA, Flávia Luciana Naves. Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. 2006. 161p.. Tese [Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade] - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARQUES, Marta. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. Terra Livre. São Paulo. Ano 18, n.19, jul./dez. 2002 (p. 95-112)

\_\_\_\_\_. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: MARQUES, Marta I. M.; OLIVEIRA, Ariovaldo U.(org.). O Campo no Início do Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (P. 145-158).

MENDRAS, Henri. Sociétés paysannes. Paris, A. Colin, 1976. 236p.

MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília, IICA.2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto,1996.

\_\_\_\_\_. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002. (p. 63-109).

\_\_\_\_\_. Agricultura Brasileira Transformações Recentes. IN: ROSS, Jurandyr L. S.. (Org.). GEOGRAFIA DO BRASIL. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005 (p. 465- 534).

PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro. Disponível em: <http://www.iracambi.com/portuguese/downloads/planotrsb.pdf> . Acesso em 24/ Mar de 09.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Simone; FERREIRA, Ana Paula; NORONHA, Suely. Educação do Campo e Agroecologia. IN: Articulação Nacional de Agroecologia. Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro: Gráfica Popular, 2007. p. 257 – 267.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). Produzir para Viver: Os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEVILLA-GUSMAN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. IN: AQUINO, A.M. de; ASSIS, R.L. Agroecologia; Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005. (p.101-132).

SOUZA, Marcelo J. L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, Paulo C.C. et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. ( p. 77-116).

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de território: Um exercício Metodológico para leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. IN: SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre D.; SAQUET, Marcos A. Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. (p. 15-36).

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996.

## 9. ANEXOS

### ANEXO I - Dez Mandamentos da Conquista de Terras

1. Interesse pela terra – ter amor pela terra e compromisso;
2. Comportamento no grupo – ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões;
3. Meio ambiente – ter consciência ecológica;
4. Divisão – formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas;
5. Conquista das terras – fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível e viver em sintonia com a comunidade;
6. Forma de convivência – ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar dos assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente da seita;
7. Participação e contribuição da mulher – lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo;
8. Participação agrícola – participação nas forças de serviço e mutirão, recuperação e conservação de solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas;
9. Maneiras de usar as coisas móveis do grupo – usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais;
10. Maneira de usar os imóveis – conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Fonte: STR Araponga.

## ANEXO II - TEMAS DOS PLANOS DE ESTUDOS - EFA PURIS

### 1ª Série:

- 1 - Minha Família e o trabalho na Terra
- 2 - Horta Familiar
- 3 - As Plantas Nativas e os Bichos em Nossa Região
- 4 - A água em Nossa Região
- 5 - O Cultivo e o Uso das Plantas Medicinais em Nossa Região
- 6 - As Manifestações Culturais em Nossa região
- 7 - O Uso e a Distribuição da Terra em Nossa Região
- 8 - As Ocupações e Profissões no campo em Nossa Região

### 2ª Série:

- 1 - As Organizações e os Movimentos Sociais no Campo em Nossa Região
- 2 - A Cultura do Café em Nossa Região
- 3 - Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte
- 4 - Órgãos e Organizações de Apoio a Agricultura Familiar e o Crédito
- 5 - Gado de Leite
- 6 - Poder Público Local, Políticas Públicas Para o Campo e Participação Popular
- 7 - Culturas Agrícolas Anuais
- 8 - A Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar.

### 3ª Série:

Não Constam temas de Planos de Estudos, pois é deixada uma carga horária superior para a elaboração dos projetos de conclusão do curso e realização de estágios técnicos.

Fonte: AEFA Puris.

### ANEXO III - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

- \* Quando sua família chegou nesta comunidade?
- \* A sua família vem de comunidades\ regiões próximas? Quando não, de onde veio?
- \* Quantos filhos tem?
- \* Por que veio para cá?
- \* Sobre a EFA em Araponga, de onde partiu essa idéia?
- \* Porque não continuar na escola da cidade?
- \* Quais os objetivos da EFA, ou seja, educar pra quê?
- \* Existe algum motivo comum entre as “conquistas de Terra” e a EFA?
- \* Quais as esperanças que as organizações sociais depositam na “Conquista de Terras”?
- \* É possível dizer que a Agroecologia contribui para a criação da EFA?
- \* Quais as esperanças que as organizações sociais depositam na EFA ?
- \* Como as organizações sociais avaliam o processo das conquistas?
- \* Como e em quê os assentados trabalhavam antes?
- \* Dentro da comunidade, as relações de trabalho mudaram depois das Conquistas?
- \* Alguma coisa mudou nas relações sociais?
- \* Alguma coisa mudou em relação ao futuro?



ANEXO IV: Imagens da área Conquistada.

Comunidade Novo Horizonte, Araponga – MG (2003)



Fonte: Arquivo EFA PURIS.

Comunidade Novo Horizonte, Araponga – MG (2009)



Fonte: Arquivo Pessoal

Comparando as imagens, fica nítida a transformação da paisagem, tanto da conservação da natureza, como da ocupação humana. Ao centro da foto está localizada a EFA Puris.